

Para Rafael Lucchesi, diretor da CNI: É preciso fomentar a indústria e não o rentismo improdutivo

Xinhua



“Otan, liderada pelos EUA, é uma máquina de semear guerra e caos”, diz China

“Da Ucrânia ao Afeganistão, do Iraque à Líbia, EUA/Otan levaram guerra e desastre a estas regiões e aos seus povos”, enfatizou o porta-voz do Ministério de Defesa da China, coronel Zhang Xiaogang, em coletiva de imprensa, na sexta-feira (26). “Os Estados Unidos são há muito tempo, sem dúvida, um império de mentiras”, destacou Zhang. **Pág. 6**

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.964 31 de Julho a 6 de Agosto de 2024



“Se só alocarmos recursos na ciranda financeira, nós vamos condenar o futuro”

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Rafael Lucchesi (foto), defendeu que o Brasil precisa de “uma estratégia ativa de desenvolvimento industrial”, assim como foi feito para o agronegócio, que neste ano conta com um aporte de mais de R\$ 400 bilhões, no

Plano Safra. “Hoje nós temos uma janela de oportunidade, mas essa janela de oportunidade é curta, ela é estreita, se nós ficarmos pensando apenas em equilíbrio fiscal e alocando os recursos para essa ciranda financeira, seguramente nós vamos estar condenando o futuro”, alertou o empresário. **P. 2**

Youtube



Fiesp: “Custo do capital no Brasil está incompatível com produção”

AFP



A maranhense Rayssa Leal quebrou o próprio recorde e conquistou o bronze olímpico no skate feminino

Judô e skate conquistam as primeiras medalhas do Brasil

A primeira medalha do Brasil nas Olimpíadas de Paris 2024 veio da modalidade que mais garantiu medalhas ao país na história dos Jogos: o judô. O paulista Willian Lima conquistou a prata na

categoria até 66 kg na tarde do domingo (28). Na sequência dos jogos, outra grata surpresa, com o primeiro bronze do Brasil nas Olimpíadas de Paris 2024. Larissa Pimenta garantiu a medalha no judô na

categoria até 52kg ao vencer a italiana Odette Giuffrida, atual campeã mundial. Ainda no domingo, com muita emoção, Rayssa Leal protagonizou uma das disputas mais técnicas da história do skate e garantiu a

medalha de bronze no skate street feminino. Essa é a segunda medalha olímpica da fadinha do skate, que se tornou a atleta mais jovem a subir ao pódio em duas edições diferentes de olimpíadas. **Pág. 4**

Com juro real nas alturas, “viver de renda se tornou o bom negócio”, afirma o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva. Ele voltou a criticar a prática de juros altos no Brasil, que impossibilita a indústria de transformação nacional de retomar o seu protagonismo do passado. “Ao longo de 50 anos, crescemos a um média de mais de 7% ao ano, perdemos esse dinamismo”. “Se nós não recuperarmos a indústria de transformação nacional, dificilmente teremos um desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades de nosso país”, afirmou. **Página 2**

“Vampiros sugam financiamento que deveria fomentar indústria”, afirma Mário Bernardini

“Se você me pergunta se temos financiamento [para a indústria], a resposta é essa: pouco e caro”, afirmou o empresário Mário Bernardini, conselheiro do Conselho Superior de Economia (Cosec) da Fiesp. “A NIB (Nova Indústria Brasil), é um começo, como primeiro passo é importante. Mas é insuficiente em quantidade e custo muito elevado, porque o dinheiro, esses R\$ 75 bi por ano comparados com R\$ 475 bi do Agro, não são nada”, afirmou. **Página 2**

Gasto com juro em 12 meses vai a 835,748 bilhões de reais

O juro exorbitante mantido pelo Banco Central custou ao Brasil nos últimos 12 meses R\$ 835 bilhões e 748 milhões. Só em junho, o dinheiro transferido aos rentistas chegou a R\$ 94,851 bilhões. **Pág. 2**

Israel bombardeia escola e mata 40 civis e fere 100

Escola Khadija também albergava uma unidade médica improvisada para doentes e feridos, além de pessoas desabrigadas. No mesmo dia, um bombardeio israelense matou 23 pessoas e deixou mais 90 feridas em Khan Younis. **Pág. 7**

“Economia alemã virou peso morto depois de Berlim rejeitar gás russo”

A economia da Alemanha sofreu contração de 0,2% em 2023. Segundo o Instituto de Economia Alemão (IW), isto se deve aos “elevados custos energéticos”, consequência das sanções dos EUA. **Pág. 7**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Gleisi: venda da Sabesp foi uma grande negociata

Pág. 3

A farsa do déficit zero

PAULO KLIASS*

“O planejamento do governo deve contar com o imprescindível aumento das despesas de natureza social e de investimentos públicos”

A atual abordagem de extremo rigor no tratamento da austeridade fiscal começou a ganhar maior espaço nos grandes meios de comunicação a partir dos anos 1980. Por todos os continentes eram vividos os tempos difíceis das dívidas em moeda estrangeira contraídas pelos chamados países do Terceiro Mundo. A elevação das taxas de juros internacionais e a subida dos preços do petróleo pela OPEP comprometeram de forma acentuada a capacidade de os governos cumprirem com as obrigações do endividamento em dólar norte-americano junto à banca privada.

Para evitar uma crise no sistema financeiro mundial pelo chamado “default”, os organismos multilaterais e o Tesouro dos Estados Unidos promoveram naquele período um processo de renegociação dos estoques das dívidas, com a exigência de adoção de contrapartidas pelos representantes dos países. Esse é o início da época trágica do Consenso de Washington, onde o Fundo Monetário Internacional (FMI) passava a impor medidas como a liberalização generalizada das economias, os processos de privatização e desregulamentação, além da obrigação da adoção de critérios bastante duros na condução da política fiscal.

No que se refere à austeridade na abordagem das finanças públicas, surge então a novidade da exigência de resultados “primários”. Assim, a métrica da apuração de balanços fiscais passaria a excluir dos cálculos as rubricas de natureza financeira. Tal artimanha contábil tinha por objetivo comprimir as despesas não-financeiras de forma a que ocorresse um saldo positivo para ser direcionado aos compromissos financeiros. Essa era a mágica do “superávit primário”, tão cantado em verso e prosa pelos agentes do financismo por todos os cantos desde aquela época até os dias atuais.

A ARMADILHA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Obter um resultado primário nas contas governamentais positivo passou a ser sinônimo de eficiência na condução da política econômica. Essa recomendação ganhou ares de verdade inquestionável e o desrespeito à mesma chegou a ser considerado crime de responsabilidade pelos agentes públicos. No caso brasileiro, tal aspecto da austeridade foi introduzido na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, sob a forma da Lei Complementar n.101. Dessa forma, ficou reforçada a noção de que o importante para o sucesso da política fiscal seria obter ganhos primários, deixando-se de lado toda e qualquer preocupação com o impacto provocado pelas despesas financeiras no Orçamento e na dinâmica das finanças governamentais.

Esse pequeno truque metodológico fez com que o direcionamento de recursos públicos para o pagamento de juros da dívida pública saísse do foco dos analistas especializados e também da agenda da política econômica. A narrativa que se estabeleceu como dominante era apenas voltada para o controle da geração de superávit primário. Com isso, passou praticamente despercebido do grande público o escandaloso volume dos gastos não-primários. Isso significa que, desde 1997 – data em que Tesouro Nacional dá início a um levantamento estatístico sistemático de seus resultados – até o momento atual, o volume total de despesas com juros da dívida pública chegou a R\$ 9,7 trilhões. Uma loucura! E o dado fica ainda mais dramático se levarmos em conta que esses valores foram obtidos graças a uma estratégia rigorosa de compressão das rubricas de natureza social e de investimentos.

Mas o fato é que ao longo do período 1997 a 2013 houve 16 anos consecutivos de superávit primário, com exceção de um pequeno déficit (-0,2% do PIB) no primeiro ano da série. Já a partir de 2014, observa-se uma reversão de tal tendência: foram 9 anos de resultado deficitário, com a ocorrência de um ligeiro superávit apenas em 2022 (0,5% do PIB)

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/a-farsa-do-deficit-zero-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Alocar recurso na indústria e não no rentismo, defende diretor da CNI

Foto: Youtube/Fiesp



Rafael Lucchesi é diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI

Custo do capital no Brasil está incompatível com a produção, denuncia presidente da Fiesp

“Viver de renda se tornou o bom negócio”, afirma Josué Gomes

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, voltou a criticar a prática de juros altos no Brasil, que impossibilita a indústria de transformação nacional de retomar o seu protagonismo do passado. “Ao logo de 50 anos, crescemos a um média de mais de 7% ao ano, perdemos esse dinamismo”.

“Se nós não recuperarmos a indústria de transformação nacional, dificilmente teremos um desenvolvimento econômico e social compatível com as necessidades de nosso país”, afirmou Josué Gomes da Silva, nesta terça-feira (23) no seminário “A indústria no Brasil hoje e amanhã – a importância do ambiente econômico para o futuro do setor industrial”, um evento produzido pelo Jornal O Estado de São Paulo, com o apoio da Fiesp, Ciesp, Firjan e CNI.

De acordo com o presidente da Fiesp, no passado a produtividade na indústria de transformação brasileira correspondia ao equivalente de cerca de 55% da produtividade da indústria de transformação dos EUA.

“Hoje está em torno de 25%, aliás, caindo, talvez já esteja aproximando-se de 20%”, destaca Josué Gomes, ao apontar o elevado juros entre as principais causas para a queda de produtividade da indústria manufatureira brasileira. “A taxa de



Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp

juros real ao longo desses 30 anos é 10 vezes maior do que a taxa de inflação. No Brasil viver de renda se tornou o bom negócio. Produzir é um péssimo negócio”, criticou o empresário no setor têxtil.

“O custo de capital absolutamente é incompatível com a atividade produtiva, especialmente de um setor que é mais intensivo em capital, seja no que se refere aos investimentos em bens de capital, em edificações e instalações, seja no que se refere ao uso de capital de trabalho, já que são os setores muito mais longos e, portanto, muito mais intensivos em capital de trabalho”, afirmou o presidente da Fiesp e dirigente da empresa Coteminas.

“O Plano Real pôs fim a um flagelo nacional que era a hiperinflação. Mas, infelizmente, algo que deveria ser transitório, como instrumento de também ajudar no combate à hiperinflação e a quebra da iné-

cia inflacionária, que era uma taxa de juros real alta, acabou se transformando em algo permanente”, criticou e seguiu.

“Ao longo dos últimos 30 anos se nós tivéssemos aplicado R\$ 100 há 30 anos atrás, no dia da criação do plano real, em CDI, em títulos públicos denominados ou corrigidos pelo CDI, sem qualquer spread bancário, nós teríamos hoje R\$ 8.093, enquanto um bem ou um serviço que custava R\$ 100 há 30 anos atrás, hoje custaria, em média, se medido pelo IPCA, R\$ 808. Ou seja, a taxa de juros real ao longo desses 30 anos é 10 vezes maior do que a taxa de inflação. No Brasil viver de renda se tornou um bom negócio. Produzir é um péssimo negócio”, condenou o empresário.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/custo-do-capital-no-brasil-esta-incompativel-com-a-producao-denuncia-presidente-da-fiesp/>

“Vampiros” estão sugando financiamento que fomentaria a indústria, diz Bernardini

“Se você me pergunta se temos financiamento, a resposta é essa: pouco e caro”, afirma conselheiro da Fiesp

O empresário Mário Bernardini, conselheiro do Conselho Superior de Economia (Cosec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirmou que “o financiamento para a indústria é insuficiente e caro” na tarde desta terça-feira (23), durante o fórum “A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã”, evento realizado pelo “Estado” em parceria com a Fiesp, Ciesp, Firjan e CNI.

“A NIB (Nova Indústria Brasil), ela é um começo, como primeiro passo é importante. Mas é insuficiente em quantidade e custo muito elevado, porque o dinheiro, esses R\$ 75 bi por ano comparados com R\$ 475 bi do Agro, não são nada. Considerando que o agro é metade da indústria. Então, é menos ainda em termos de PIB”, criticou Bernardini, ex-diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Sobre o programa NIB, lançado pelo governo federal no início deste ano, com o fim de reindustrializar o país, Bernardini lembrou também que o financiamento tem como base a Taxa de Lon-



Bernardini é do Conselho de Economia da Fiesp

go Prazo (TLP) do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é cara.

“Ou seja, esse dinheiro está sendo emprestado a custo de 20% ao ano. No agro, eu parto de 5% e vou a 11%, 12%”, observou. “Se nós não resolvermos o problema de acesso ao financiamento a custos compatíveis para a indústria, ela não investe. Se ela não investe, ela não tem produtividade. Se ela não tem produtividade, o Brasil não cresce; porque a produtividade da indústria extravasa para o resto da economia, o grosso. Então, o Brasil não cresce”.

Para Mario Bernardini, infelizmente, “o crédito no Brasil não tem pai”, disse

referindo-se a falta de um Estado verdadeiramente investidor. “Mas tem padraço, que seria o sistema financeiro nacional”.

“O sistema financeiro nacional empresta para a indústria no Brasil algo ao redor de 20% do PIB [Produto Interno Bruto]. Se nós pegarmos o endividamento das empresas lá fora, a média da União Europeia, 75%; dos Estados Unidos e Japão, ao redor de 100% do PIB; e a China, não à toa, 150% do PIB. Então, comparado com isso, podemos dizer que não temos financiamento”, criticou.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/vampiros-estao-sugando-financiamento-que-deveria-fomentar-a-industria-diz-bernardini/>

“Hoje nós temos uma janela de oportunidade, mas essa janela é curta, é estreita, se nós ficarmos pensando apenas em equilíbrio fiscal e alocando os recursos para essa ciranda financeira, seguramente nós vamos estar condenando o futuro”, alerta Rafael Lucchesi

O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, defendeu nesta terça-feira (23) no evento “A indústria no Brasil hoje e amanhã”, organizado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, que o Brasil precisa de “uma estratégia ativa de desenvolvimento industrial”, assim como foi feito para o agronegócio, que desde 2003 tem o Plano Safra, e que neste ano conta com um aporte de mais de R\$ 400 bilhões.

Ao iniciar seu discurso, Lucchesi destacou que, no momento em que o mundo vive uma nova revolução industrial, “nós vivemos também um período com uma nova geopolítica, com desacoplamento do ocidente ao oriente com profundas transformações, com tensionamentos e guerras do século 20 e 21, como é o caso da guerra da Ucrânia”.

De acordo com ele, “o Brasil pode tirar vantagens desse processo. Normalmente nesses períodos de incerteza é quando você abre oportunidades para que novas nações se posicionem. Nós crescemos há 100 anos atrás, e nos tornamos o país que mais cresceu no mundo, exatamente no período de crise de hegemonia que houve entre a primeira guerra mundial, a crise de Wall Street, e a segunda grande guerra. E o Brasil inflexionou, pensando com pensamento original e foi o país que mais se desenvolveu no mundo por cinco décadas. E esse movimento nasceu aqui, nessa casa, na Fiesp, liderada pelo presidente dessa instituição Roberto Simonsen e hoje nós vivemos um momento semelhante de oportunidades para o Brasil”.

“Precisamos ter uma estratégia, ter uma missão de reindustrializar o Brasil”, ressaltou no evento realizado na sede da Fiesp em São Paulo. “O Estado brasileiro, ele custa R\$ 3,3 trilhões. Nós temos um Plano Mais Produção de R\$ 300 bi para 4 anos, são R\$ 75 bi, na sua maioria comprometido”, constatou Rafael Lucchesi. “Mas o mundo está alocando 12 trilhões de dólares em políticas industriais”, enfatizou.

“A NIB (plano Nova Indústria Brasil) é um ótimo signo. Da mesma maneira, aqui em 2003, o governo de então criou o Plano Safra e isso se tornou um programa de Estado. No ano seguinte, em 2004, criou as LCAs, as letras de crédito agrícola, que acabam criando uma isenção fiscal e reduz o custo do investimento. Agora nós estamos criando o Plano Mais Produção. Isso não tem que ser um plano de governo, tem que ser um programa de Estado”, defendeu. “Para isso, é fundamental numa democracia moderna, uma agenda de pressão política. Da

mesma maneira que estamos criando as LCDs, as letras de crédito de desenvolvimento, reduzindo o custo do investimento no país. Esse tem que ser um programa de Estado. Essa agenda será fundamental, a partir da capacidade da indústria brasileira de fazer a pressão política necessária”, declarou Lucchesi. “Nós temos que construir um ambiente mais favorável para uma escolha de futuro, de prosperidade para o Brasil”, ressaltou o economista, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa escolha de futuro, para o empresário, passa pelo fortalecimento da indústria, a exemplo do que ocorreu com o agro. “O Brasil escolheu ser competitivo com o agro – com crédito agrícola, subvenção, isenção – a partir de políticas públicas, mas com limite de expressão no PIB. Temos que fazer a receita que fizemos para o agro para o desenvolvimento industrial”, defendeu. “Não é singular que todos os países ricos enriqueceram a partir da indústria”, ressaltou Lucchesi. “Essa é uma escolha de futuro, de prosperidade, de projeto de país, de sociedade”, observou.

Segundo o empresário, “o Brasil não pode se prender ao fracasso das ideias que nós adotamos como verdade única aonde nos levou à adesão incondicional dos princípios que nortearam a agência de políticas públicas no Brasil nos últimos 40 anos. O Brasil foi o que mais perdeu, o que mais retrocedeu em complexidade produtiva nos últimos 40 anos. É lamentável, o Brasil escolheu”.

“Eles [as economias dos EUA e da União Europeia] querem construir o futuro, e é óbvio, depois desse ciclo de transição, que é a primeira das grandes características do mundo que nós vivemos hoje, eles vão empurrar as escadas. Eles vão reconstruir a OMC. Eles vão falar novamente de livre comércio. Eles vão mudar o jogo. O jogo é determinado no concerto das nações porque tem mais influência geopolítica”, lembrou o empresário, e prosseguiu.

“Hoje nós temos uma janela de oportunidade, mas essa janela de oportunidade ela é curta, ela é estreita, se nós ficarmos pensando apenas em equilíbrio fiscal e alocando os recursos para essa ciranda financeira – com esse rentismo improdutivo que não gera um preço no sabão, do ponto de vista de riqueza e prosperidade –, seguramente nós vamos estar condenando o futuro. Romper com isso não será fácil. E a união é o elemento chave de transformação. A indústria brasileira tem que estar unida. A Fiesp, Firjan e a CNI têm dado esse exemplo”, conclamou.

Gasto do setor público com juros ultrapassa R\$ 835 bi em 12 meses

O gasto do setor público com o pagamento de juros ultrapassou a marca de R\$ 835,7 bilhões no acumulado de 12 meses até julho de 2024, conforme dados do relatório de “Estatísticas fiscais” do Banco Central (BC), divulgado nesta segunda-feira (29). A soma é R\$ 197,6 bilhões a mais do que foi pago pela União, estados/municípios e estais no mesmo intervalo de 12 meses do ano passado (R\$ 638,1 bilhões).

Só no mês de julho deste ano, a transferência de renda da sociedade para os bancos e outros especuladores da dívida pública, via o pagamento de juros, somou R\$ 94,9 bilhões, o que equivale a uma alta de 133% em relação ao que foi pago em junho de 2023 (R\$ 40,7 bilhões).

Com a farras dos juros correndo livre de qualquer reprimenda de normas fiscais, o setor público foi deficitário em R\$ 40,9 bilhões em junho. Em doze meses, o setor público acumulou

deficit de R\$ 272,2 bilhões. Já os investimentos sociais e produtivos continuam estrangulados por regras rígidas de controle das despesas públicas e metas fiscais. Neste mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o corte de R\$ 15 bilhões para cumprir o novo “arcabouço fiscal” e a meta de déficit zero em 2024.

Além de cortar verbas de ministérios, no alvo do enxugamento das contas públicas estão os beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pessoas com deficiência em famílias vulneráveis e idosos com 65 anos ou mais, que recebem o equivalente a um salário mínimo (R\$ 1.412). Para receber o auxílio, a família do beneficiário deve ter renda de até R\$ 353 por pessoa.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/gasto-do-setor-publico-com-juros-ultrapassa-r-835-bilhoes-em-doze-meses/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp@oi.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Joédson Alves/Agência Brasil



Presidente do PT e deputada Gleisi Hoffmann

“Venda da estatal Sabesp é a maior negociata dos últimos tempos”, diz Gleisi Hoffmann

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, denunciou que a privatização da Sabesp, concluída pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi “a maior negociata dos últimos tempos”.

A estatal foi “vendida sem concorrência” e “por um preço muito menor do que ela vale”, comentou.

A venda foi concluída na terça-feira (23). O governo do Estado de São Paulo vendeu suas ações para a Equatorial Energia por um valor 20% abaixo do mercado. A Equatorial pagou R\$ 67 por ação, sendo que no mesmo dia estavam sendo negociadas a R\$ 87.

“A venda da Sabesp, realizada a toque de caixa pelo bolsonarista Tarcísio Freitas, é a maior negociata dos últimos tempos”, disse Gleisi.

“A maior empresa de saneamento do país foi vendida sem concorrência, por um preço muito menor do que ela vale, abaixo até da cotação em Bolsa, e um acionista com apenas 15% do capital vai comandar o negócio”, criticou.

“Pior ainda: sem nenhuma obrigação contratual de universalizar o acesso à água e esgoto, nem sequer de melhorar o serviço”, falou a dirigente partidária.

A presidente do PT lembrou que “países e grandes cidades do mundo inteiro estão reestatizando empresas de saneamento, vendidas na onda liberal do século passado, porque água não é negócio particular, é serviço público”.

É o caso de cidades como Paris, capital da França, e Berlim, capital da Alemanha, entre dezenas de outras cidades.

Gleisi concluiu que “não existe mesmo bolsonarista moderado: nem na política nem na sede de vender o Estado”.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) ressaltou que “a privatização da Sabesp foi concluída com mais de R\$ 4 bilhões de prejuízo para o povo de São Paulo”.

“Com apenas a Equatorial interessada, as ações foram vendidas com 20% a menos que o valor de mercado. É um escândalo sem precedentes!”, avaliou.

Para ele, “o povo de SP irá lamentar por décadas essa negociata comandada pelo governo do Estado e pela prefeitura. A Sabesp foi entregue de mãos beijadas em um leilão que só teve uma empresa interessada, justamente a que trabalhou a atual chefe do Conselho. Raposa cuidando do galinheiro!”.

Nacionalização da Avibrás já é o segundo projeto de lei mais votado em enquete da Câmara

O projeto de lei 2957/2024, apresentado, na quinta-feira (18), na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP), propondo a estatização da Avibrás, já é a segunda proposta mais votada na enquete realizada pela Câmara na sua primeira semana de existência.

Mais de duas mil pessoas já votaram afirmativamente ao projeto em menos de uma semana.

O projeto do deputado Guilherme Boulos, candidato a prefeito de São Paulo, “declara a desapropriação por utilidade pública da empresa Avibrás Indústria Aeroespacial S/A, nos termos que especifica”. Na prática, o PL 2957/2024 de Boulos defende a nacionalização da empresa, que passaria a ser controlada pelo Estado brasileiro.

O parlamentar argumenta no projeto que “o planejamento estratégico da Indústria de Defesa deve ser prioridade para qualquer país que pretenda ter Soberania Nacional, para a qual é imprescindível hoje a Avibrás, a maior empresa privada do segmento de defesa do Brasil”.

A iniciativa do

deputado está sendo vista como uma tentativa de salvar a empresa que está em dificuldades financeiras e está à beira ser vendida para uma empresa australiana. O projeto pressiona o governo para defender a empresa estratégica de defesa, ao mesmo tempo que se soma ao empenho dos militares que não querem a desnacionalização da Avibrás. O comandante do Exército, general Tomás Paiva, recentemente afirmou, em audiência na Câmara dos Deputados, realizada em abril, que o Exército “está trabalhando para tentar interromper a venda da Avibrás”. “Estamos totalmente empenhados na solução dos problemas da Avibrás”, disse o comandante.

“Estamos trabalhando e temos todo o interesse em resolver os problemas desta empresa porque ela é uma empresa estratégica de defesa e o Exército é o mais interessado em que isso se resolva da maneira mais rápida possível”, acrescentou o general, ao responder a uma pergunta sobre a notícia de que a empresa estaria em dificuldades financeiras e sendo vendida para um grupo australiano.

Governo repudia ataque de Israel que matou 40 em escola



Reprodução

Netanyahu bombardeou escola no centro da faixa de Gaza, em Deir Al-Balah

Lula detona a “tese” de Campos Neto de que alta do emprego pode causar inflação

O presidente Lula (PT) criticou duramente, na sexta-feira (26), a declaração do presidente do Banco Central de que o crescimento da massa salarial é prejudicial ao país. “O cidadão, jovem, bem-sucedido na vida, diz o seguinte: ‘esse negócio do aumento do salário mínimo e a massa salarial crescendo pode gerar inflação’”, afirmou Lula, dizendo não acreditar no que viu.

Lula deu as declarações durante evento com anúncio de novas obras do PAC, no Palácio do Planalto. O presidente concluiu que, segundo Campos Neto, “para não ter inflação é preciso o povo ganhar pouco. É preciso?”, questionou o presidente. “Será que essa pessoa não tem respeito? Será que as pessoas pensam que alguém ganha um salário mínimo porque quer ganhar um salário mínimo? Será que alguém pensa que é pobre porque quer ser pobre? Não”, acrescentou.

O presidente da República se referia a uma entrevista de Roberto Campos Neto à CNN Brasil, em abril deste ano, que passou a circular nas redes sociais nos últimos dias. Naquela ocasião, o presidente do Banco Central disse que estava preocupado com um eventual impacto de pressão inflacionária à frente com a sinalização do pleno emprego.

As críticas de Lula ao presidente do Banco Central ocorrem a menos de uma semana da reunião do Copom, que na próxima semana decidirá sobre a Selic,

taxa básica de juros da economia, atualmente em 10,5%. Na última reunião, o Copom interrompeu a queda das taxas de juros mantendo a o Brasil como o país com a segunda maior taxa de juros reais do mundo.

Sectores empresariais elevaram o tom nesta semana contra os juros. O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, defendeu nesta terça-feira (23) no evento “A indústria no Brasil hoje e amanhã”, que as taxas de juros sejam reduzidas.

“Hoje nós temos uma janela de oportunidade, mas essa janela de oportunidade ela é curta, ela é estreita, se nós ficarmos pensando apenas em equilíbrio fiscal e alocando os recursos para essa ciranda financeira, seguramente nós vamos estar condenando o futuro”, alertou empresário.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, também foi na mesma direção. “A taxa de juros real ao longo desses 30 anos é 10 vezes maior do que a taxa de inflação. No Brasil viver de renda se tornou o bom negócio. Produzir é um péssimo negócio”, criticou o empresário no setor têxtil.

“O custo de capital absolutamente é incompatível com a atividade produtiva, especialmente de um setor que é mais intensivo em capital, seja no que se refere aos investimentos em bens de capital, em edificações e instalações, seja no que se refere ao

uso de capital de trabalho, já que são os setores muito mais longos e, portanto, muito mais intensivos em capital de trabalho”, completou.

O empresário Mário Bernardini, conselheiro do Conselho Superior de Economia (Cosec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirmou que “o financiamento para a indústria é insuficiente e caro”.

“Se o sistema produtivo é um organismo, eu devo fazer uma comparação. Eu diria que o financiamento é a seiva que alimenta esse organismo. É o sangue, que nós não temos. Os vampiros tomaram, a indústria não. Então, quando você me perguntou e o financiamento? A resposta é esta, pouco e caro”, criticou.

“Entre as causas que tornam o crédito caro no Brasil, Mario Bernardini aponta a alta taxa de juros da economia (Selic) do Banco Central, nos atuais 10,5% ao ano”, prosseguiu Bernardini.

“Você tem um custo de captação caro que é dado pela Selic. O governo faz a concorrência com todo mundo. Ele paga a 10,5%. Então, se eu quiser dinheiro, eu tenho que partir daí, ninguém vai me dar a menos, porque está perdendo dinheiro”, criticou. “Os bancos, consistentemente, no Brasil, você pegar os últimos 20 anos, pegar a curva de inflação e a curva de spread bancário, você tem um diferencial de 10 pontos percentuais”, completou o empresário.

Ministério denuncia decisão do CFM que dificulta acesso de pobres a direitos sociais

O Ministério da Previdência Social protocolou, na quinta-feira (25), uma representação no Ministério Público Federal (MPF) contra decisões do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificultam a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência no âmbito do programa ATESTMED, medida que amplia para todos os médicos o direito de atestar a condição de seus pacientes para efeito de obtenção de direitos previdenciários.

A pasta baixou uma portaria agilizando a liberação dos benefícios ao autorizar o acesso das pessoas ao programa através de um atestado médico, sem a

necessidade de perícia, desde que atendidos requisitos técnicos.

O argumento do órgão do governo é de que todo o médico pode atestar a condição de saúde de seus pacientes e tem formação para isso. Ao defender interesses corporativos de peritos, o CFM, na opinião do Ministério da Previdência, está dificultando o acesso de pessoas vulneráveis e idosos sem condições de trabalhar aos benefícios sociais que têm direito.

A medida foi desautorizada pelo CFM em parecer emitido em abril deste ano. O documento diz que a medida é ilegal, compromete a “integridade profissional dos peritos médicos federais” e causa “pre-

O Brasil, em nota do Itamaraty, manifestou seu “absoluto repúdio ao emprego de força militar contra população civil”

O governo brasileiro expressou no sábado (27) a condenação ao bombardeio realizado pelas hordas do ditador Benjamin Netanyahu a uma escola em Deir Al-Balah, no centro da Faixa de Gaza, que abrigava refugiados internos do conflito. O ataque resultou na morte de 40 pessoas, incluindo mulheres e crianças, além de deixar uma centena de feridos.

O Itamaraty protestou contra o morticínio covarde através de uma nota oficial. O Brasil manifestou seu “absoluto repúdio ao emprego de força militar contra a população civil” e reforçou a necessidade de respeito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário. O regime de Israel não está acatando nenhuma resolução da ONU.

O comunicado ressalta a urgência na implementação da Resolução 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que busca medidas para a proteção dos civis em conflitos armados. Mais de 200 funcionários das Nações Unidas foram assassinados pelas forças israelenses desde o início do massacre em Gaza.

O governo brasileiro também conclamou todas as partes envolvidas no conflito a exercerem a máxima contenção e a se engajarem em negociações que possibilitem um cessar-fogo imediato e duradouro. “Reiteramos nosso apelo para que todos os atores do conflito em Gaza busquem, por meio do diálogo, uma solução pacífica que evite mais sofrimento à população civil”, destacou a nota.

Sobre o ataque nas colinas de Golá, o Itamaraty expressou seu “absoluto repúdio a ataques contra a população civil” e manifestou preocupação com a escalada do conflito na região. “O Governo brasileiro condena o ataque com foguete, realizado hoje, dia 27, a um campo de futebol em Majdal Shams — localizada nas Colinas de Golá, ocupadas por Israel desde 1967 —, o qual resultou em mais de uma dezena de mortos e mais de 30 feridos, entre os quais crianças e adolescentes”, denota

Ramagem escreveu para Bolsonaro roteiros golpistas contra urnas e STF, descobre PF

Documentos obtidos pela Polícia Federal mostram que o ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, escrevia para Jair Bolsonaro textos com orientações para os “ataques às urnas” e com sugestões para tentar acabar com os inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente.

Os textos estavam arquivados no e-mail de Ramagem, que hoje é deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro com apoio de Jair Bolsonaro. As informações são do Globo e do G1.

Em um dos documentos, Alexandre Ramagem faz apontamentos sobre a linha política que Jair Bolsonaro deveria utilizar para o “ataque às urnas”. O termo “ataque às urnas” foi utilizado por Ramagem.

“Por tudo que tenho pesquisado, mantenho total certeza de que houve fraude nas eleições de 2018, com vitória do sr. presidente Bolsonaro no primeiro turno. Todavia, ocorrida na alteração de votos”, escreveu Ramagem em uma das anotações.

Em seguida, ele diz que “o argumento na anulação de votos não teria esse alcance todo. Entendo que argumento de anulação de votos não seja uma boa linha de ataque às urnas”. “Na realidade, a urna já se encontra em total descrédito perante a população. Deve-se enaltecer essa questão já consolidada subjetivamente (...) A prova da vulnerabilidade já foi feita em 2018, antes das eleições. Resta somente trazê-la novamente e constantemente”, continuou o então chefe da Abin.

Em outra mensagem escrita para Jair Bolsonaro, Ramagem sugere que as eleições de 2022 exigiam do então candidato à reeleição “atitude belicosa com estratégia”.

Alexandre Ramagem falou para Bolsonaro que a Procuradoria-Geral da República (PGR),

o comunicado.

Leia a nota do Itamaraty na íntegra em repúdio ao ataque israelense na escola em Gaza:

Bombardeio de escola em Deir Al-Balah, na Faixa de Gaza

O Governo brasileiro condena o bombardeio, realizado hoje, dia 27, pelo exército israelense, de escola que abrigava deslocados internos do conflito em Gaza — localizada em Deir Al-Balah, no centro da Faixa —, o qual resultou em cerca de 30 mortes e dezenas de feridos entre os quais mulheres e crianças.

Ao manifestar absoluto repúdio ao emprego de força militar contra a população civil e exortar ao pleno respeito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, o Brasil reitera a urgência da implementação da Resolução 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e conclama todas as partes envolvidas no conflito a exercerem a máxima contenção e se engajarem em conversações que permitam cessar-fogo imediato e duradouro.

Leia a íntegra da nota do Itamaraty contra o foguete nas Colinas de Golá:

Ataque com foguete nas Colinas de Golá

O Governo brasileiro condena o ataque com foguete, realizado hoje, dia 27, a um campo de futebol em Majdal Shams — localizada nas Colinas de Golá, ocupadas por Israel desde 1967 —, o qual resultou em mais de uma dezena de mortos e mais de 30 feridos, entre os quais crianças e adolescentes.

O Brasil manifesta absoluto repúdio a ataques contra a população civil e alerta para o perigo do alastramento, para toda a região, do conflito ora em curso em Gaza.

O Governo brasileiro salienta, nesse contexto, a necessidade de imediata implementação da Resolução 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e conclama todas as partes envolvidas a exercerem a máxima contenção e se absterem de ações que possam conduzir à escalada de violência no Oriente Médio.

que era chefiada por Augusto Aras, deveria conseguir arquivar um inquérito “do Celso de Mello”, ministro do STF que se aposentou em 2020, “para expor todas as nulidades do procedimento do Alexandre de Moraes”.

Com isso, “o Sr. [Jair Bolsonaro] terá total legitimidade de contestar decisões monocráticas do STF, além de passar a expor todas as arbitrariedades dos ministros no STF”.

Em um ato na Avenida Paulista realizado em 2021, Jair Bolsonaro falou “que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá”. Logo em seguida, teve que recuar e pedir desculpas publicamente.

Celso de Mello era relator do inquérito 4.831, aberto para investigar a interferência ilegal de Jair Bolsonaro na atuação da Polícia Federal para ajudar criminosos. Por sorteio, Alexandre de Moraes se tornou relator desse caso depois da aposentadoria de Celso de Mello.

Na mensagem apreendida pela Polícia Federal, Alexandre Ramagem diz: “Bom dia, presidente. O Sr. mais do que ninguém conhece o sistema e sabe que não houve apenas quebra de paradigma na sua eleição, mas ruptura com esquema dos poderes (...) nenhuma crise conseguiu enfraquecer sua base e não aparenta haver políticos à altura de vencê-lo em 2022. Portanto, parece que a batalha maior será agora, requerendo atitude belicosa com estratégia”.

E seguiu afirmando: “Há armadilhas sendo colocadas. O inquérito do Celso de Mello possui relação com o inquérito das fake News do Alexandre de Moraes com intuito de fundamentarem o golpe no TSE”. “Sendo assim, primeiro é necessário que a PGR archive o inquérito do Celso de Mello, para expor todas as nulidades do procedimento do Alexandre de Moraes”.

Brasil conquista as primeiras medalhas nas Jogos de Paris

Willian Lima, Larissa Pimenta no judô e Rayssa Leal no skate inauguraram o quadro de medalhas brasileiro nas Olimpíadas de Paris 2024

A primeira medalha do Brasil nas Olimpíadas de Paris 2024 vem da modalidade que mais garantiu medalhas ao país na história dos Jogos: o judô. O paulista Willian Lima conquistou a prata na categoria até 66 kg na tarde deste domingo (28).

O brasileiro enfrentou o atual campeão olímpico e três vezes campeão mundial, o japonês Hifumi Abe, que derrotou o moldavo Vieru Denis, primeiro do ranking, na outra semifinal. Willian Lima ficou com a medalha de prata após sofrer um ippon e um waza-ari do japonês.

Sargento da Marinha e natural de Mogi das Cruzes (SP), o judoca de 24 anos entrou para a história do esporte brasileiro ao conquistar a 25ª medalha de judô em Olimpíadas.

Seu adversário, Hifumi Abe, foi o medalhista de ouro em Tóquio, em 2021, e campeão mundial da modalidade em 2017, 2018 e 2022. Hifumi é membro de uma das mais conhecidas famílias do judô internacional.

PIMENTA

Na sequência dos jogos, outra grata surpresa com o primeiro bronze do Brasil nas Olimpíadas de Paris 2024. Larissa Pimenta garante a medalha de na categoria até 52kg ao vencer a italiana Odette Giuffrida, atual campeã mundial, na disputa da medalha.

A italiana Giuffrida, 29, é mais condecorada e experiente, tendo conquistado a prata nos jogos do Rio 2016, além do bronze nas últimas Olimpíadas de Tóquio 2020. Giuffrida é a atual campeã mundial, conquistando o ouro no Mundial de Abu Dhabi neste ano.

Larissa conquistou o direito de disputar o bronze após derrotar a atual medalhista olímpica de bronze em Tóquio, a britânica Chelsie Giles.

Natural de São Vicente, Larissa tem duas medalhas em Grand Slam, o segundo torneio mais importante da modalidade, um bronze em 2023 e uma prata em 2024. Além disso, a judoca de 25 anos é a atual pentacampeã da categoria até 52kg no Campeonato Pan-Americano e bicampeã dos Jogos Pan-Americanos. No último Mundial, disputado em 2021, Larissa Pimenta foi medalhista de bronze.

RAYSSA LEAL BRILHA

Com muita emoção, Rayssa Leal protagonizou uma das disputas mais técnicas da história

do skate e garantiu a medalha de bronze no skate street feminino. Essa é a segunda medalha olímpica da fadinha do skate, que se tornou a atleta mais jovem a subir ao pódio em duas edições diferentes de olimpíadas.

Com dobradinha no pódio, as japonesas Coco Yoshizawa e Liz Akama levaram a medalha de ouro e de prata, respectivamente, na modalidade.

Rayssa começou a primeira etapa da disputa muito bem, mas o skate acabou escorregando dos pés da brasileira em uma manobra. Apesar do erro, a maranhense seguiu segura e pousou da maior escadaria do parque urbano como se fosse simples, assegurando uma nota de 71.66 na primeira volta.

A skatista fez uma das melhores voltas da primeira rodada e ficou no topo da classificação, atrás apenas da japonesa Yoshizawa, com uma nota impressionante de 85.02. Na segunda volta, Rayssa começou com uma manobra impressionante no corrimão, mas escorregou na sequência. A fadinha seguiu na disputa, mas perdeu o skate novamente e decidiu seguir com a nota da primeira disputa, descartando a segunda pontuação de 34.80.

Ao final da segunda rodada, Rayssa Leal era a 6ª colocada no ranking geral e foi para a disputa de manobras precisando aumentar nota para conquistar o pódio.

Nas tentativas das manobras, a brasileira cravou um flipslide perfeito e tirou um peso das costas, garantindo uma nota gigante de 92.88. Com a manobra, Rayssa quebrou o seu próprio recorde e garantiu a segunda maior pontuação da prova. A maior nota da história olímpica ficou com a campeã Coco Yoshizawa com 96.49.

Na reta final, com emoção, a fadinha fez manobra brilhante e assegurou pontuação de 88.83 para subir a terceira posição do ranking e assegurar a medalha de bronze.

Foi a segunda medalha obtida em sua carreira, com um duas ótimas manobras na final, na arena montada na Place de La Concorde. A brasileira totalizou 253,37 pontos, marca que a deixou atrás apenas da japonesa Coco Yoshizawa, de 14 anos, ouro com 272,75, e a também japonesa Liz Akama, de 15, prata com um total de 265,95.



Willian Lima e Larissa Pimenta conquistaram prata e bronze no judô



Aos 16 anos, Rayssa Leal levou o bronze, sua segunda medalha olímpica

Tarcísio de Freitas admite que entregou saneamento a empresa sem experiência que vai parasitar a Sabesp

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), admitiu que a empresa escolhida por seu governo para assumir o controle da Sabesp, a maior empresa de saneamento da América Latina, não possui qualquer experiência na área.

O governador, que causou um prejuízo bilionário ao negociar as ações da empresa por valores abaixo do esperado, confirma assim que o interesse dos parasitas é o de drenar os lucros da empresa e que ficará a cargo dos profissionais da Sabesp, a tarefa de garantir o funcionamento da empresa após a privatização.

Em entrevista ao programa "Em Ponto" da GloboNews, Tarcísio disse que a experiência da Sabesp e de seus funcionários garantirá a qualidade do serviço prestado. A declaração foi em resposta a críticas sobre a venda de ações da empresa para o Grupo Equatorial, que atua principalmente no segmento de distribuição de energia.

"A Sabesp é a operadora," disse Tarcísio ao programa "Em Ponto" da GloboNews. "Nós temos os melhores quadros, nós temos a melhor operação e isso está sendo preservado," acrescentou o bolsonarista, ignorando o anúncio da Equatorial da realização de um plano de demissões em massa na empresa.

"A gente tem que entender que a Sabesp continua sendo a operadora, então não muda. A Sabesp tem os quadros qualificados, tem excelentes profissionais e continua sendo a operadora. Esse investidor de referência se soma a nós na busca por capital," completou.

Em sua declaração, Tarcísio também fingiu ignorar que a Equatorial possui a pior avaliação entre as distribuidoras de energia do país e é responsável por apagões no Rio Grande do Sul e Goiás.

Tarcísio disse: "É uma empresa de utilities, é uma empresa que tem excelente reputação, é uma empresa que tem acesso a capital no mercado, é uma empresa que tem ativos líquidos, maduros. E quem vai operar saneamento para a Equatorial, para nós, para o governo do Estado? A própria Sabesp. A Sabesp fica, a Sabesp é o operador."

A realidade mostra outra coisa, muito diferente do afirmado pelo governador: O governo paulista di-



Governador causou "prejuízo de R\$ 4,5 bilhões e quem vai pagar a conta é o povo"

minuiu de 50,3% para 18,3% sua participação na Sabesp. O Grupo Equatorial arrematou 15% das ações da Sabesp e se tornou o novo acionista de referência. Ou seja, não terá controle acionário, mas será o responsável pela gestão.

Se a Sabesp já tinha os melhores quadros, por que privatizar? Por que entregar o controle do saneamento para o capital privado, ao invés de priorizar recursos públicos na universalização do acesso ao saneamento?

ENERGIA

A Equatorial não tem expertise em saneamento básico e coleciona maus resultados por onde passa, como, por exemplo, no setor elétrico, onde recebeu o título de pior prestadora de serviço em levantamento feito pela ANEEL.

A Equatorial Goiás é a pior distribuidora de energia elétrica de grande porte do Brasil. A empresa ficou em último lugar no ranking de 29 companhias, divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com o resultado do serviço prestado em 2023. A empresa caiu duas posições em relação a 2022, quando ficou na 27ª posição.

De acordo com a ANEEL, os consumidores goianos passaram, em média, 21,96 horas sem fornecimento de energia no ano passado. Este indicador é chamado de duração equivalente de interrupção por unidade consumidora (DEC). O número ficou acima do limite de 11,45 horas que havia sido estabelecido pelo órgão regulador. No entanto, houve queda em relação a 2022, quando Goiás registrou média de 22,55 horas no escuro.

As ações da companhia foram vendidas na Bolsa de Valores (B3) nesta segunda-feira (22) a R\$ 67 cada, valor 18,3%

abaixo dos R\$ 87, preço de fechamento na última quinta-feira (18). A venda de 32% da Sabesp resultou em R\$ 14,8 bilhões aos cofres do governo paulista e representa uma perda de pelo menos R\$ 4,5 bilhões aos cofres estaduais. O valor é quase um terço dos R\$ 14,8 bilhões arrecadados com a privatização.

A Equatorial Energia comprou 15% das ações. Outros 17% em ações da companhia foram vendidos de forma pulverizada a outros investidores. Não foi divulgado ainda quem são os principais compradores dos papéis: bancos, fundos de investimentos ou estrangeiros, por exemplo.

"O projeto privatista de Tarcísio de Freitas, além de destruir o patrimônio do povo paulista e condenar milhões a serviços precarizados e tarifas abusivas, já contabiliza uma perda de R\$ 4,5 bilhões aos cofres estaduais. A cifra se refere à lambança de Tarcísio com a proposta de privatização da Sabesp," denunciou o Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de SP).

DEMISSÕES EM MASSA

A Equatorial Energia, antes mesmo da venda concluída, já havia informado que seu plano para a companhia é o de cortar custos via demissões em massa de funcionários para aumentar os pagamentos de lucros aos acionistas do grupo.

Em uma apresentação a investidores, a Equatorial afirma que pretende implementar uma série de estratégias para cortar custos e aumentar o lucro dos acionistas, sem nem ao menos estudar quais são as necessidades da companhia e dos usuários, a população paulistana.



Boulos, Marta e presidente Lula

Marta e Lula impulsionam votos em Boulos, enquanto vice bolsonarista derruba Nunes, aponta pesquisa

Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, divulgada nesta quinta-feira (25), mostra que, enquanto o apoio do presidente Lula e ter Marta Suplicy (PT) como vice amplia as intenções de voto de Guilherme Boulos (PSOL), Bolsonaro e ter Coronel Araújo (PL) como vice enfraquece as intenções de voto na candidatura de Ricardo Nunes (MDB).

De acordo com a pesquisa, quando os eleitores são informados de que Marta será vice de Boulos, a intenção de voto no pré-candidato do PSOL sobe de 36% para 46%. Por outro lado, quando é informado que o coronel Mello Araújo (PL) será o vice de Nunes, a intenção de voto na chapa cai de 43% para 36%.

O levantamento também mostra que, num cenário de segundo turno, ao informar que o petista apoia a candidatura de Boulos, a intenção de votos vai de 36% para 46%, enquanto o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a Nunes faz o oposto: a porcentagem cai de 43% para 38%.

Boulos, com 26%, e Nunes, com 22%, lideram a disputa no cenário geral da pesquisa e estão tecnicamente empatados no primeiro turno. José Luiz Datena (PSDB) e Pablo Marçal (PRTB) vêm em seguida, com 12% e 11%, respectivamente. Tabata Amaral (PSB), com 5%, Kim Katagiri (União), com 3%, e Maria Helena (Novo), com 2%, completam a pesquisa.

Boulos, com 26%, e Nunes, com 22%, lideram a disputa no cenário global da pesquisa e estão tecnicamente empatados no primeiro turno. José Luiz Datena (PSDB) e Pablo Marçal (PRTB) vêm em seguida, com 12% e 11%, respectivamente. Tabata Amaral (PSB), com 5%, Kim Katagiri (União), com 3%, e Maria Helena (Novo), com 2%, completam a pesquisa.

PROCESSO CONTRA NUNES

O PSOL entrou com uma ação de reparação por danos morais contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB), após ser chamado pelo emedebista de "invasor", "vagabundo" e "sem-vergonha". A ação afirma que os termos utilizados por Nunes ofenderam "a honra, a dignidade e a reputação" de Boulos. O ofício pede à Justiça de São Paulo que Nunes publique em suas redes sociais um pedido de retratação, além da divulgação do currículo do pré-candidato do PSOL. Procurada, a equipe do prefeito disse que não foi notificada pela Justiça.

Na segunda-feira, 22, Nunes participou da convenção partidária do PL, realizada na Câmara Municipal de São Paulo. O encontro oficializou a indicação do coronel Ricardo Mello Araújo, ex-chefe da Rota, como o vice na chapa do prefeito à reeleição. Em discurso durante a reunião, Nunes afirmou que a aliança com Mello era um "voto de confiança" para "vencer o invasor".

"Quero agradecer a cada um dos senhores, a cada uma das senhoras, por dar esse voto de confiança para que a gente possa dar continuidade a esse trabalho, vencer o invasor, vencer esse vagabundo, esse sem-vergonha", disse Nunes durante a convenção do PL.

"É inequívoco que, no intuito de manchar a imagem, a honra e a reputação do autor, colhendo benefícios eleitorais, o réu atacou de forma vil e inaceitável seu adversário político, por meio de xingamentos como vagabundo e sem-vergonha, o que não é aceitável e deve ser prontamente reprimido pelo Poder Judiciário", diz trecho da petição de Boulos.

Na peça, o advogado Ramon Arnús Koelle cita ainda a possível interferência da declaração de Nunes no processo eleitoral. "O ilícito do caso em apreço é fruto de ânimo doloso de difamar o autor, atingindo direitos da personalidade, indissociáveis do princípio da dignidade da pessoa humana, além de causar interferência indevida no processo eleitoral das eleições municipais de 2024, uma vez que a utilização de fake news (invasor) e discurso de ódio (vagabundo e sem-vergonha) para ataque aos adversários políticos é um instrumento ilegítimo de interferência no processo eleitoral."

Em resposta a Nunes, Boulos chamou a atenção de "desequilíbrio incompatível com o cargo de prefeito da maior cidade do País". "Na tentativa de agradar seu padrinho Bolsonaro, Nunes volta a me atacar pessoalmente com mentiras e fake news", disse o parlamentar na terça-feira, 23.



Lula, Eduardo Paes e Luciana Santos, presidente do PCdoB e da Federação Brasil da Esperança

Federação Brasil da Esperança oficializa apoio à reeleição de Eduardo Paes no Rio de Janeiro

A Federação Brasil da Esperança (FBE), composta pelo PT, PCdoB e PV, oficializou nesta sexta-feira (26) o apoio à reeleição do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). O prefeito conseguiu também o apoio do PDT e PSB. Outros partidos que vão integrar a campanha são o Solidariedade e o Podemos. O PSOL é a única oposição deste campo à reeleição do prefeito.

Em votação simbólica, as três siglas da FBE acataram o apoio, que também tinha sido encaminhado pela direção nacional. De acordo com o presidente do PT do município do Rio, Tiago Santana, é importante construir uma "frente contra o fascismo representado pelo bolsonarismo". A Federação separou a lista de candidatos a vereador em 46 petistas, três do PV e

dois do PCdoB.

"Tudo pela unidade e fortalecimento da governabilidade do governo Lula. Eduardo vai ajudar muito, agora e em 2026, na reeleição do Lula". Acreditamos que o Eduardo vai ajudar muito, agora e em 2026, na reeleição do Lula. Aqui no Rio, vamos esperar passar a eleição e sentar para discutir a gestão da prefeitura através de políticas que atendam ao povo carioca.

No início de 2023, o PT entrou na gestão Paes e ganhou três secretarias: Meio Ambiente, Assistência Social e Economia Solidária. Além da parceria no âmbito local, um marco do último ano e meio foram as constantes agendas do prefeito com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Rio foi a cidade mais visitada pelo presidente em 2024.

CIMI denuncia cerco e ataques contra indígenas

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou o cerco contra povos indígenas que buscam retomar terras saqueadas nos estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Paraná.

De acordo com as informações do Cimi, as retomadas e aldeias dos povos Ava Guarani, Guarani Kaiowá e Kaingang sofreram uma sequência de ataques entre o final da última sexta-feira (19), a madrugada e o decorrer deste sábado (20).

“Indígenas foram baleados, outros ficaram por horas desaparecidos e mesmo com a presença de autoridades federais, os criminosos não se intimidaram e deram continuidade a uma ofensiva violenta contra as comunidades iniciada há pelo menos uma semana”, afirma o Cimi.

No tekoha Tata Rendy, dos Ava Guarani, no oeste do Paraná, a tarde deste sábado é de cerco e mais incêndios criminosos, como forma de expulsar os indígenas da retomada. A informação é da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY). Tratam-se de ataques em bloco dentro de contextos similares.

Nos três casos, Ava Guarani, Guarani Kaiowá e Kaingang, houve incêndio criminoso nas áreas ocupadas pelos indígenas.

“Os agressores atearam fogo em malocas e nas matas do entorno. Outro ponto em comum é que nos três casos os ataques ocorreram horas após a saída de representantes do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) das áreas e com a presença de agrupamentos da Força Nacional deslocados pelo governo federal às regiões”, diz o Cimi.

De acordo com informações do Cimi, as famílias foram expulsas da retomada durante o ataque. “Apesar das comitivas do MPI e das tentativas de negociação com proprietários rurais e políticos locais para a interrupção das hostilidades, não houve ainda a presença de um aparato mais sólido do Estado em busca de soluções reais – e até mesmo a ida às regiões de autoridades públicas com peso político. A atuação da Força Nacional é criticada”, afirma o Cimi.

Na terça-feira (23), o juiz federal João Paulo Nery dos Passos Martins, da 2ª Vara Federal de Umuarama – o mesmo que, na última sexta-feira (19), autorizou a reintegração de posse de áreas rurais que grupos Avá Guarani ocuparam a fim de cobrar a conclusão do processo demarcatório do território já delimitado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e em disputa na Justiça desde 2018 – tomou novas medidas.

A Justiça Federal no Paraná determinou, ainda, que a Funai se abstenha de entregar lonas, madeiramento, ferramentas e outros materiais que possam ser usados para construção de abrigos/moradias às comunidades indígenas que ocupam imóveis rurais das cidades de Guaíra e Terra Roxa, no oeste paranaense. De acordo com a Agência Brasil, a Fundação Nacional do Índio deve recorrer da decisão.

Na decisão, o juiz federal afirma: “Em que pese a missão institucional da Funai de prestar assistência às comunidades indígenas e garantir o mínimo existencial, é necessário observar que a fundação, que inclusive integra o polo passivo, e os demais órgãos públicos que atuam no litígio têm o dever de colaborar com a execução das decisões judiciais e, em especial, estimular o cumprimento voluntário como forma de prevenir a desocupação forçada e os possíveis conflitos daí decorrentes”.

A manifestação judicial se deu após a coordenação regional da Funai solicitar o apoio da Polícia Federal (PF) para entregar kits de suprimentos aos Avá Guarani que participam do processo de retomada de seus territórios originários, que visa permitir a expansão de suas aldeias e a preservação das principais características de seu modo de vida tradicional. A Funai pretendia distribuir alimentos, água, itens de higiene, além de sete rolos de 100 metros de lonas.

“Vale destacar que o recente movimento de ocupação instaurado a partir de dezembro de 2023 e retomado com mais intensidade nos últimos dias trata-se essencialmente de ampliação de áreas, pois as comunidades da etnia indígena Avá Guarani já estavam instaladas em outras áreas na região há tempos”, acrescentou o juiz federal.

CONFLITOS NO CEARÁ

No Ceará, homens encapuzados e armados atacaram na madrugada de quinta-feira (18) uma área retomada pelo povo Anacé localizada no município de Caucaia, a cerca de 15 quilômetros da capital Fortaleza. Entre 20 e 30 agressores atiraram contra os indígenas, destruíram os barracos e os pertences das 46 famílias que vivem na área desde 30 de setembro de 2022. Ninguém ficou ferido e a Polícia Militar dirigiu-se ao local.

Os policiais militares tentaram intermediar um acordo, mas os indígenas se negam a sair da retomada e seguem aguardando providências da Fundação Nacional do Índio (Funai) – agentes do órgão estão na área.

“Nós voltamos, mas eles não saíram. Estão nos vigiando, rondando. O problema vai ser à noite. Precisamos de apoio, de proteção. Querem destruir a nossa água, o nosso território. Lutamos contra essa gente que quer destruir e eles chegam encapuzados, aterrorizando o nosso povo. Mas isso não é de agora. As mulheres são as que mais sofrem. Mulheres que foram agredidas, mulheres que foram trançadas dentro de quartos com cobras”, denuncia Aurea Anacé, liderança indígena.

De acordo com informações do Cimi, os Anacé chamam a retomada de Parnamirim, onde projetam uma futura aldeia. As famílias vivem no local da agroecologia, da pesca na Lagoa Parnamirim e de outras atividades correlacionadas. A área faz parte da Terra Indígena reivindicada.

“Começamos a reconstruir os barracos, juntamos o que restou, separamos o que ainda é possível usar, e vamos resistir. Não vamos sair da luta”, diz Elber Anacé. Ele é uma jovem liderança do povo.

Desde 1996, os Anacé estão oficialmente reconhecidos pelo Estado. O território do povo está dividido entre uma área reservada, conforme procedimento previsto pela Constituição Federal, para onde se dirigiu uma parte do povo impactada pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, cuja porção de terra sofreu degradação considerada como irreversível pelos estudos da Funai – bairros, a instalação de indústrias e poluição severa são algumas das causas da degradação, informa o Cimi.

Policiais do RS condenam o arrocho salarial de Eduardo Leite: “Desrespeito”



Assis Melo, presidente da FITMETAL - Foto: Câmara dos Deputados

Assis da FITMETAL: “A estagnação econômica, que já dura 45 anos, é alarmante para trabalhadores e empresários”

Assis Melo, presidente da Federação Interestadual dos Metalúrgicos, ex-deputado federal e ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Caxias do Sul, é o sindicalista entrevistado do HP sobre a desindustrialização do Brasil. Ele considera que a estagnação econômica do país, “que já dura 45 anos, é alarmante para trabalhadores e empresários”. afirmou que “se houver um pacto na defesa da indústria, a FITMETAL participa”.

Assis afirmou que “existem pautas que extrapolam a relação mais tradicional entre capital e trabalho”. E esclareceu: “se empresários perdem faturamento e deixam de investir – fechando fábricas e postos de trabalho –, a classe trabalhadora também vê uma regressão em seus empregos e direitos”.

Melo avalia que “sob pressão”, o governo federal destinou, num único ano, R\$ 1,89 trilhão do orçamento federal para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Para o líder metalúrgico, não haverá reindustrialização “sem um combate permanente ao rentismo e a seus representantes”.

A FITMETAL está organizada em 20 estados e foi fundada há 14 anos.

Leia, a seguir, a entrevista:

Hora do Povo: A FITMETAL está disposta a integrar uma frente nacional pela reindustrialização do país, com os empresários?

MELO: A estagnação econômica do país – que já se arrasta por 40, 45 anos – também é um tema que deve alarmar tanto o setor produtivo quanto a classe trabalhadora. Não é coincidência que esse ciclo coincida com a desindustrialização precoce e prolongada da economia brasileira. A crise na indústria limita o crescimento sustentado do PIB e inviabiliza o desenvolvimento nacional.

Se empresários perdem faturamento e deixam de investir – fechando fábricas e postos de trabalho –, a classe trabalhadora também vê uma regressão em seus empregos e direitos. A indústria é a referência do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica como “trabalho decente” – ou seja, um emprego formalizado e digno, com direitos assegurados. Segundo a OIT, um mercado de trabalho majoritariamente informal provoca insegurança jurídica e econômica, eleva a pobreza e amplia a desigualdade.

Se uma frente nacional pró-reindustrialização for constituída, certamente a FITMETAL fará parte!

HP: Quais são os objetivos comuns hoje entre os trabalhadores e os empresários da indústria?

MELO: Respondo com as conclusões do nosso seminário, com um trecho da “Carta aos Brasileiros”, que aprovamos naquela oportunidade:

“Não é mais possível que o país viva sufocado pelas maiores taxas de juros do mundo, que assaltam mês a mês, há mais de 30 anos, os cofres do Tesouro Nacional e bloqueiam o nosso crescimento. A riqueza gerada pelos que produzem: os impostos, os saldos comerciais, as reservas e, como consequência, o crédito, não de ser utilizados na construção da infraestrutura, em universidades, na escola integral, na educação infantil, nas creches, na habitação, na cultura.

Já passou da hora do Brasil se libertar das amarras que impedem nosso crescimento econômico. Para isso, o principal é reduzir as taxas de juros, aumentar o investimento público, estimular o investimento privado para um novo patamar – já foi de 25% do PIB e hoje é 16%.

Disponibilizar crédito abundante e barato para o desenvolvimento tecno-

lógico, em especial para a indústria de base. Concentrar as compras do governo nas empresas de conteúdo nacional, na construção civil, na indústria naval, na aeronáutica, na defesa, nos polos da saúde.

Forjar a economia no fortalecimento da produção industrial e no mercado interno, complementados por uma vigorosa produção agrícola, num salário mínimo suficiente para sustentar a família e estimular as vendas. Numa indústria pujante em tecnologia e respeito ao meio ambiente. Formar uma poderosa corrente pela reindustrialização do país. Deixar falando sozinho os arautos da especulação financeira.”

HP: E as questões prioritárias para os trabalhadores, mas que têm oposição dos empresários?

MELO: Existem pautas que extrapolam a relação mais tradicional entre capital e trabalho. Na política, por exemplo, a defesa da democracia e a luta contra o fascismo se impuseram, nos últimos anos, como questões centrais – como bandeiras de união nacional. A vitória de Lula na eleição de 2022, impedindo a reeleição de Jair Bolsonaro e a continuidade de seu projeto de destruição, só foi possível graças a esse pacto democrático, que sensibilizou até antigos adversários do atual presidente.

Por isso, desde o Congresso de Fundação da FITMETAL, em 1º de junho de 2010, a reindustrialização é nossa bandeira histórica. Em todas as atividades sobre reindustrialização que fizemos neste período de 14 anos, procuramos convidar representantes empresariais, bem como pesquisadores, economistas e outros especialistas. Isso não tira nossa autonomia, nem altera nosso compromisso de classe.

Continua na site

Pacote prevê reajuste salarial de 12% a partir de 2025 parcelado em três vezes

O sindicato dos representantes dos agentes, escrivães, inspetores e investigadores de polícia do Rio Grande do Sul (Ugeirm) manifestou repúdio ao pacote apresentado pelo governador Eduardo Leite na última terça-feira (16).

Enviado à Assembleia Legislativa, o pacote prevê reajuste salarial de 12% a partir de 2025 parcelado em três vezes, o que tem gerado revolta entre os servidores que consideram o aumento proposto insuficiente e desrespeitoso.

“O reajuste oferecido é lamentável! Desde o início de seu governo, em 2019, Eduardo Leite concedeu apenas 6% de reposição salarial aos servidores. Essa política de arrocho salarial do governo, mais do que um grande desrespeito com uma categoria que entregou os melhores resultados do seu mandato, é uma perigosa brincadeira com a sociedade gaúcha. Falando como quem acompanha a segurança pública do RS há mais de 30 anos, posso dizer que esse é o primeiro passo para jogar por terra todos os avanços conseguidos nos últimos anos”, afirma o presidente do Sindicato Isaac Ortiz

“Uma carreira desvalorizada é um convite

para que os melhores profissionais procurem outros caminhos para a sua vida. Os policiais civis são profissionais e não heróis que estão dispostos a arriscar as suas vidas em troca de salários miseráveis. A explosão do número de exonerações na Polícia Civil nos últimos anos é um aviso que o governo insiste em não ouvir. Infelizmente, quem vai pagar o preço por essa irresponsabilidade será a sociedade gaúcha”, completou.

Em comunicado o Sindicato destacou “o anunciado reajuste para as categorias da segurança pública, que nas próprias palavras do Governador entregou à sociedade gaúcha o menor índice de criminalidade dos últimos dez anos”, só começará a ser pago em janeiro de 2025. Além disso, o índice pífio de 12% será pago em três parcelas, com a última delas sendo paga em outubro de 2026, ou seja, daqui a mais de dois anos”.

A votação do projeto na Assembleia estava marcada para a última sexta-feira (19), mas foi adiado. De acordo com entidades dos servidores, apesar do cancelamento, os projetos seguem tramitando e pode ir a votação ainda durante o recesso parlamentar, que vai até 31 de julho.

Foto: Sindprevs/RN



Paralisação foi deflagrada no último dia 16 Servidores do INSS reagem contra ação do governo que tenta barrar greve

O governo federal acionou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), alegando que o movimento “afeta gravemente o exercício normal e rotineiro das atividades”.

A ação pede que 85% das equipes de cada unidade do INSS mantenham as atividades durante a greve e o estabelecimento de multa diária não inferior a R\$ 200 mil em caso de descumprimento de eventual decisão judicial que reconheça a abusividade da paralisação. A ação ocorre pouco depois de o governo também acionar o STJ contra a greve de servidores do Meio Ambiente.

Em nota divulgada nesta quarta-feira (24), a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) afirma que “diferente do discurso de campanha e de início de mandato, o Governo Lula, ao invés de negociar com os trabalhadores e trabalhadoras e reconhecer o legítimo direito de greve, se utiliza da máquina pública para executar uma ofensiva judicial contra a greve do INSS”.

“A Direção do INSS não demonstrou o mesmo empenho em resolver

os problemas do Seguro Social, que possui mais 1.500 Agências da Previdência Social (APS) com todo tipo de problema e sucateamento. Ao invés de abrir negociação para atender a pauta da categoria, o governo não cumpriu o acordo da greve de 2022, e faz ataques diretos aos servidores que entraram na greve deflagrada no último dia 16 de julho. É a gestão neoliberal onde os trabalhadores não têm importância no processo de trabalho, mas somente a produção quantitativa”.

A entidade ressalta ainda que “a judicialização da greve não se trata de preocupação com as filas de concessão de benefícios, pois, se assim fosse, não teria potencializado o atual modelo de atendimento excludente e que retira cada vez mais as atribuições inerentes a nossa carreira e haveria um esforço para ampliação das vagas de concurso e, principalmente, investimentos na melhoria da infraestrutura do INSS”.

A Federação, que contestará o pedido do governo, orienta os servidores a fortalecerem greve, que reivindica “uma mudança estrutural do INSS, a valorização e reestruturação da Carreira, melhorias das condições de trabalho e recomposição das perdas salariais”.



Devastação de Milei leva “empresas ao abismo”, alertam empresários



Desemprego causa aumento da população dos sem-teto nas cidades argentinas

“Otan, liderada pelos EUA, é máquina de semear guerra e caos”, afirma a China

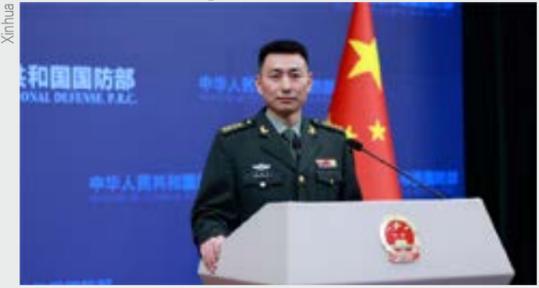
“Os Estados Unidos são há muito tempo, sem dúvida, um império de mentiras”, destacou o coronel Zhang Xiaogang, porta-voz do Ministério de Defesa da China, em uma coletiva de imprensa, na sexta-feira (26), acrescentando que a Otan é uma “máquina semeadora de guerra e caos” por provocar confrontos entre blocos e criar divisões em todo o mundo.

Zhang assegurou que nos últimos anos a organização “estendeu o seu alcance sinistro à região Ásia-Pacífico, tendo a China como antagonista imaginário”, provocando confrontos entre blocos e criando divisões.

“A Otan é, de fato, uma máquina que semeia a guerra e o caos”, reforçou o coronel. “Da Ucrânia ao Afeganistão, do Iraque à Líbia, trouxe guerra e desastre a estas regiões e aos seus povos”, enfatizou o porta-voz do ministério da Defesa chinês.

EUA LUCRA COM GUERRA

Sobre a Ucrânia, o oficial disse que o lado chinês



“EUA é império de mentiras”, denuncia coronel Zhang

segue uma posição “objetiva e imparcial”, promovendo ativamente conversas de paz.

“Em contraste, os aliados da Otan, liderados pelos EUA, continuam a atirar as chamas e a lucrar com a guerra”, acrescentou o coronel Zhang.

O coronel registrou ainda que a aliança militar, em sua declaração na cúpula de Washington, disseminou uma “retórica beligerante”, onde fez “acusações infundadas contra a China”. “Estamos muito descontentes e nos opomos fortemente a esse conteúdo”, afirmou.

Na 37ª Reunião de Cú-

pula da Otan, realizada 9 a 11 de julho, os países da aliança acusaram a China de continuar a desafiar os interesses, a segurança e os valores da organização e de “ter se tornado um facilitador decisivo da guerra da Rússia contra a Ucrânia”, levando o seu secretário-geral, Jens Stoltenberg, a dizer que o bloco trabalharia mais estreitamente com os países do Indo-Pacífico, realizando mais exercícios navais na região.

“A Otan deveria refletir sobre si mesma, ao invés de desviar a culpa para a China”, concluiu Zhang Xiaogang.

Dados do governo inglês ocultam a real escala do aumento da pobreza em 2023

O Instituto de Estudos Fiscais (Institute for Fiscal Studies - IFS), inglês fez uma estimativa de que cerca de 320.000 pessoas passaram ao nível de pobreza durante o ano de 2023 devido ao aumento no valor de hipotecas e aluguéis.

Segundo os cálculos do IFS, seria um aumento de 90.000 mais pessoas na pobreza do que o assumido pelos órgãos de governo, na época controlado pelos conservadores, que foram recentemente derrotados nas eleições. O estudo utilizou a verificação dos juros de 2,3% cobrados no exercício de 2022/23. Foi constatado também que 1 em cada 10 imóveis hipotecados tinham alcançado juros de mais que o dobro, neste período, chegando a 4,7%, em um valor médio de cerca de £490 (3.566,35 reais) mensais.

“O aumento da pobreza mostra o terrível impacto nas vidas das pessoas dos fracassos



Aumenta número de crianças pobres de Londres

econômicos e políticos dos Conservadores”, disse Paul Novak, secretário geral do Trades Union Congress, TUC.

“É uma crise de miséria que foi criada pelo fraco crescimento econômico e por cortes na segurança social”, acrescentou o líder sindical.

O preço do aluguel imobiliário também disparou

no Reino Unido, aluguéis em imóveis em Londres por exemplo custavam em média £2,567 (18.683,32 reais) agora custam £2,661 (19.367,48 reais), um crescimento de 4% do ano passado. Fora de Londres o aumento foi de 7%, anteriormente £1,231 (8959,55 reais) e agora £1,314 (8959,55 reais).

Chanceler Wang Yi diz ao ministro do Exterior de Kiev que Ucrânia precisa abrir negociações com a Rússia

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, recebeu em Guangzhou seu homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, a quem reiterou a convicção de Pequim de que a solução para o conflito na Ucrânia só virá com a volta à mesa de negociações, enquanto este dizia que Kiev estaria “disposta e preparada para conduzir o diálogo e as negociações com a Rússia” e até falou que devem ser “racionais” e destinadas a alcançar uma “paz justa e duradoura”.

A Kuleba, a China disse que a resolução de todos os conflitos e todas as disputas devem ser resolvidas por meios políticos. Pequim se recusou a participar das duas conferências-farsa às quais a Rússia não foi convidada, cujo menu

era o endosso da pressão por rendição incondicional de Moscou à Otan, sob a suposta “fórmula de paz” do regime de Zelensky.

Durante a reunião, Wang pediu o desenvolvimento saudável e estável das relações China-Ucrânia.

PONDERAÇÕES DE PESKOV

Sobre a reunião Kuleba-Wang, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, reiterou que a Rússia está aberta a negociações de paz com Kiev – como fez com os protocolos de Minsk e nas conversações de Istambul –, mas que a interferência ocidental, o mandato expirado de Zelensky e a lei ucraniana que proíbe negociações com a Rússia representam entraves ao processo diplomático.

“Primeiro, precisamos entender o quão pronto o lado

ucraniano está e se o lado ucraniano tem permissão para [negociações de paz] de seus patronos. Até agora, estamos vendo declarações muito diferentes”, afirmou Peskov, referindo-se à interferência de Washington e Bruxelas, e à conhecida recusa de Zelensky a negociações com a Rússia.

O porta-voz também frisou que Moscou considera nula a legitimidade de Zelensky como chefe de Estado, considerando que seu mandato terminou em maio e as eleições não foram realizadas devido à lei marcial. O presidente russo, Vladimir Putin, disse anteriormente que a legitimidade de Zelensky é importante no que diz respeito a um possível tratado de paz, uma vez que documentos cruciais devem ser assinados com autoridades legítimas.



Susan repudiou ida de Netanyahu aos EUA

“Estamos aqui para rejeitar o genocídio”, diz a atriz Susan Sarandon

“Estamos aqui para rejeitar a normalização do genocídio. Em 290 dias, o número de mortos ultrapassa os 39.000 palestinos, 10.300 mulheres mortas, 15.700 crianças mortas. Isso não é normal”, afirmou Susan Sarandon na manifestação de milhares diante do Capitólio no momento em que Netanyahu fazia seu discurso mentiroso e prepotente, incluindo a vexaminosa inversão pela qual o genocídio fascista israelense representaria a civilização e a resistência palestina a barbárie.

A atriz prosseguiu denunciando o morticínio causado pelas tropas de Netanyahu: “152 jornalistas mortos, nunca antes tantos jornalistas foram mortos cobrindo conflitos e 570 profissionais de saúde, 676 escolas bombardeadas, 700 mesquitas e igrejas destruídas. 153 mil casas destruídas. Isso não é normal”.

“E podemos dizer que estes números correspondem a uma aproximação mínima, pois há mais mortes por fome, mortos sob escombros não localizados; segundo a revista Lancet o número de mortos pode chegar a 186 mil” acrescentou.

“Gostariamos que nos juntássemos todos e em uma mensagem a nossos irmãos e irmãs palestinos, conclamou: “Na Palestina, nós vemos vocês, nós vemos, nós ouvimos vocês, nós ouvimos vocês e nós vamos levantar a voz de vocês, levantar a voz de vocês, ninguém é livre até que todos sejam livres com a libertação da Palestina”.

Na manifestação na qual Susan Sarandon participou, eram erquidos cartazes e faixas pedindo a “Prisão do criminoso de guerra Netanyahu”, “Palestina livre”, “cessar-fogo já” e “prendam Bibi assassino de crianças”.

No protesto, oradores se sucederam denunciando a carnificina, a cumplicidade do governo norte-americano e bradando, enquanto a multidão acompanhava, “libertem a Palestina”. Entre os oradores, o presidente do principal sindicato dos EUA, Shawn Fain, dos operários das montadoras (UAW).

Na véspera, sete grandes sindicatos norte-americanos, o UAW, o dos Eletricitários e o dos Correios, enviaram a Biden uma carta pedindo um cessar-fogo imediato e a interrupção do envio de armas para o genocídio. “Cortar imediatamente a ajuda militar dos EUA ao governo israelense é necessário para trazer uma solução pacífica para este conflito”, disse a carta.

Também na terça-feira centenas de manifestantes foram presos no Capitólio ao rechaçarem a presença de Netanyahu em Washington, grande parte deles, judeus. Eles ocuparam a Rotunda do Edifício Cannon com camisetas que diziam “Não em nosso nome”, “Judeus dizem para parar de armar Israel” e cantando: “Deixe Gaza viver!”

O protesto foi encabeçado pela Voz Judaica pela Paz (JVP, na sigla em inglês), mais a organização judaica IfNotNow, o grupo de israelenses de antisionistas Shoshet e o Democratic Socialists of America.

“Por nove meses, assistimos horrorizados ao governo israelense realizar um genocídio, armado e financiado pelos EUA”, disse Stefanie Fox, diretora executiva do JVP. “O Congresso e o governo Biden têm o poder de acabar com esse horror hoje. Em vez disso, nosso presidente está se preparando para se encontrar com Netanyahu e a liderança do Congresso o honrou com um convite para discursar no Congresso. Já basta.”

Jane Hirschmann, filha de sobreviventes do Holocausto e membro do JVP, disse que “os americanos – incluindo os judeus americanos – estão enojados com a cumplicidade de nosso próprio governo neste genocídio”.

Entre outras iniciativas de protesto, ativistas coloriram de vermelho o espelho d’água de uma fonte diante do hotel onde Netanyahu se hospedou e uma foto do genocida com os dizeres “Prendam o criminoso de guerra” foi projetada na parede do mesmo hotel.

CUMPLICIDADE BIPARTIDÁRIA

O convite a Netanyahu para a homenagem pelo Congresso norte-americano foi bipartidário, formalizado pelo presidente republicano da Câmara, Mike Johnson, e pelo líder da maioria no Senado, o democrata Chuck Schumer, no final de maio, poucos dias depois das tropas coloniais israelenses usarem bombas fabricadas nos EUA em um ataque devastador a um acampamento de refugiados palestinos.

Como registrou o Washington Post, o primeiro dos seis discursos de Netanyahu ao Congresso dos EUA foi em 1996, “quando ele e seus aliados de direita tinham acabado de chegar ao poder após o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin, a cujos esforços para forjar a paz com os palestinos eles se opunham.”

LUZ VERDE AO GENOCÍDIO

A deputada democrata progressista Cori Bush, que boicotou o discurso de Netanyahu, disse em um comunicado na terça-feira que ao conceder a ele um discurso conjunto, “o Congresso não está apenas continuando a dar luz verde ao genocídio; está celebrando ativamente o homem na vanguarda desse genocídio.”

Na terça-feira, o senador Bernie Sanders, após chamar Netanyahu de criminoso de guerra e disse ser uma “vergonha” que ele tenha sido convidado a falar ao Congresso. “É um extremista de direita e um criminoso de guerra que dedicou sua carreira a matar as perspectivas de uma Solução de Dois Estados e uma paz duradoura na região”.

Vendas caíram 17,2% no primeiro semestre deste ano. Previsão de empresários argentinos é de fechamento de 150 mil postos de trabalho em pequenas e médias empresas durante o segundo semestre

“Com este cenário, é inviável qualquer projeto produtivo. Hoje a situação das pequenas e médias empresas é caótica, estamos a caminho do abismo”, declarou Mauro González, presidente da Confederação Federal das Pequenas e Médias Empresas da Argentina em encontro de empresários com deputados federais.

Ao criticar a devastação econômica promovida por Milei, o empresário acrescentou: “Vocês pensam que paralisando as obras públicas, desvalorizando a moeda, aumentando tarifas, aumentando aluguéis e fechando atividades do Estado, a economia vai reativar? Bem, o que lhes digo é não”

60 mil empregos foram perdidos no primeiro semestre do ano, dos quais grande parte corresponde a trabalhadores de pequenas e médias empresas (PME) em todas as áreas da economia, desde indústria a serviços, informa a Federação Econômica da província de Buenos Aires (FEBA).

“Se o governo não fizer nada para melhorar a realidade econômica dos empresários, empreendedores e comerciantes, no segundo semestre teremos mais fechamentos no setor e, consequentemente, mais famílias com trabalhadores nas ruas”, assinalou Camilo Alberto Kahale, presidente da FEBA.

Só no setor das PME se fala num horizonte de 150 mil demissões: “No país existem cerca de 580 mil pequenas e médias empresas das quais 50 mil são industriais. Dessas, 50 mil, entre 10% e 15% estão em crise, cerca de 7.500 empresas que reúnem 150 mil trabalhadores.

É uma projeção que fazemos com base no que aconteceu desde 2015 [governo de Mauricio Macri], considerando que a política atual é ainda mais agressiva. Então podemos dizer que esse será o número se nada for feito”, ressaltou Daniel Rosato, presidente da entidade Industriais Argentinos das Pequenas e Médias Empresas (IPA).

Segundo a Confederação Argentina de Médias Empresas (CAME), a situação não é nada favorável: as vendas no varejo das PME caíram 21,9% a ano para o mês de junho – a preços constantes – e acumulam uma queda de 17,2% no primeiro semestre do ano. “É tudo indica que vamos de mal a pior, porque não há sinal de qualquer gesto ou ação por parte do atual governo a favor do setor”, frisou o presidente da FEBA.

CUSTO ELEVADO

“O custo dessa política que pretende baixar a inflação está sendo muito elevado para a sociedade, a classe trabalhadora e os setores produtivos”, considerou Kahale, apontando que a entidade espera que o consumo caia 10% este ano, enquanto os salários reais – no setor privado formal – cairão em média 7%.

Os empresários de Buenos Aires também alertaram para o aumento das tarifas dos serviços, a abertura indiscriminada às importações, o problema dos elevados aluguéis das instalações, a falta de crédito facilitado para as PME e a ausência de um plano de reativação do mercado interno, agravando a crise que as pequenas e médias empresas enfrentam.

“Há 70 anos que trabalhamos para defender e cuidar das PME, passamos por milhares de crises e situações difíceis. Estamos preocupados em ver que estão ignorando a realidade. Por trás dos números que administram e projetam há famílias inteiras de trabalhadores que sempre apostaram no país e este ritmo vão desaparecer”, constata.

“Mesmo assim, destacaram que “continuaremos solicitando reuniões com as diferentes áreas e setores, para conversar e trabalhar todas essas questões. Levamos sempre propostas e não apenas problemas. Esperamos que reajam antes que seja tarde demais”.

TRABALHADORES

Trabalhadores realizaram manifestação que tomou a Praça de Maio, no centro de Buenos Aires, sexta-feira (26), contra o anúncio do governo argentino de “destruir o Estado desde dentro” por meio de cortes e demissões.

Lideranças sindicais, de partidos progressistas e de organizações de piquetes alertaram para a nova onda de demissões “tanto no setor público como no privado” planejada desde a Casa Rosada e denunciaram que, ao ampliar o desemprego e o arrocho salarial, a recessão aprofunda a precarização.

Entre os exemplos de tenacidade “frente aos abusos e à motosserra de Milei”, foi citado o Sindicato Nacional de Fabricantes de Pneus, que tem mantido a categoria mobilizada e em sintonia com entidades como a dos professores, professores universitários, telefônicos e metrô.

O ato unitário foi em resposta ao discurso do novo ministro da Desregulamentação, Federico Sturzenegger, que defendeu acelerar o desmantelamento das estruturas públicas, o que implicará em menos postos de trabalho. A implosão ainda não teria data para continuar, mas traria como prioridade a supressão de funções, a fusão ou simplesmente a dissolução de cerca de 60 organizações estatais, com as suas correspondentes políticas públicas.

O governo deu alguns exemplos dos que serão afetados pela demolição: o Instituto Nacional do Índio (Inai); o Instituto Nacional da Juventude (Injuve) e o Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo (Inadi), que apesar das demissões massivas e dos sucessivos anúncios de dissolução ainda se mantém de pé.

Fruto das alterações que a Lei de Bases sofreu no Senado, diversas organizações foram excluídas e salvas da poda, como o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet); a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (Anmat); o Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (Incaa); o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta); o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Inti); e o Banco Nacional de Dados Genéticos (Bndg). Quanto aos demais, a Casa Rosada acredita que pode devastar seis dezenas, que iriam “deixar de existir”, com seus trabalhadores ficando sem funções e, portanto, sem emprego.

Na avaliação do secretário-geral da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE) da Capital, Daniel Catalano, a imposição desta “nova regra resultaria na perda de políticas públicas e de empregos”. Diante deste novo ataque neoliberal, ressaltou, “estamos em estado de alerta permanente, porque todos esses anúncios só geram medo de perder nossos empregos e também caos no cotidiano de trabalho no Estado”. Por isso, anunciou que seu sindicato estará com as demais categorias nas ruas no próximo 7 de agosto, juntamente com os movimentos sociais.

“Economia alemã virou peso morto após Berlim rejeitar o gás russo”, afirma Bloomberg

Dados econômicos do final do mês de junho e queda acentuada da confiança empresarial na Alemanha mostram um fraco crescimento do PIB no segundo trimestre do ano, e apontam que a principal economia da União Europeia não se recuperou dos efeitos da rejeição dos combustíveis russos, informa a Agência Bloomberg, salientando que o país continua a perder o estatuto de locomotiva da Europa.

Das 10 medições trimestrais do Produto Interno Bruto (PIB) alemão, mais de metade mostrou crescimento quase nulo ou até contração, destaca a publicação, apontando que o foco da atual fraqueza da Alemanha reside na base industrial que sustentou o crescimento liderado pelas exportações durante grande parte do século XX.

Por esta razão, o fim das importações do gás barato da Rússia em consequência das sanções ocidentais contra Moscou impostas pelos EUA foi “um duro golpe” que as empresas continuam a lutar para superar, especialmente as indústrias com elevado consumo de energia, reconhece o meio.

A economia da Alemanha contraiu-se 0,2% em 2023, registrando o pior resultado entre as principais economias europeias e continuará a ficar atrás das suas congêneres do continente, afirma o Instituto de Economia Alemão (IWF), assinalando que isto se deve, principalmente, aos “elevados custos energéticos”, como consequência da rejeição de fontes de energia baratas da Rússia por conta das sanções.

Em particular, os lucros do gigante da indústria química BASF caíram após a queda dos preços dos seus negócios, e o consórcio Mercedes-Benz reduziu uma importante previsão de lucro dadas as perspectivas “pouco atraentes” e a forte concorrência da China. Para 1º de agosto também são esperados os resultados da empresa Volkswagen, que já foi obrigada a baixar suas previsões.

Na realidade, segundo os especialistas consultados pela Bloomberg, “a produção alemã caiu novamente e afundou ainda mais em maio, atingindo o nível mais baixo em quatro anos”, razão pela qual o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica, Ifo, Clemens Fuest, declarou que as perspectivas gerais para a Alemanha são “bastante sombrias”.

“Continuamos pensando que o crescimento poderia ser ligeiramente superior nos dois últimos trimestres do ano [2024] do que nos dois primeiros. Mas os riscos para que as nossas previsões de curto prazo diminuam estão aumentando notavelmente”, disse Martin Gornig, do Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW).

Além disso, as restrições auto-impostas ao endividamento público devido ao chamado freio da dívida significam que “há pouco espaço” para a despesa pública resolver os problemas econômicos de longo prazo do país, indica Gornig.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Milhares repudiam Netanyahu em Washington na visita ao Congresso



Manifestantes exigem fim da ajuda dos EUA a Israel e rejeitam visita de Netanyahu

Israel bombardeia escola em Gaza, assassina 40 civis e fere outros 100

O Exército de Israel disparou três mísseis neste sábado (27) contra a Escola Khadija, a oeste de Deir Al Balah, no centro da Faixa de Gaza, matando 40 palestinos e ferindo mais de 100, a maioria crianças. Conforme o Ministério da Saúde, a escola albergava uma unidade médica improvisada. As informações foram comprovadas por um vídeo da BBC que mostra meninos e meninas entre os feridos.

O Serviço de Defesa Civil de Gaza disse que a escola também servia de teto a desabrigados. Conforme o Hamas, “pessoas deslocadas, doentes e feridas, a maioria das quais eram mulheres e crianças” foram executadas.

O vídeo da cena mostra uma situação completamente caótica, com pessoas correndo em volta de um complexo transformado num monte de cinzas e escombros. Homens carregam duas crianças ensanguentadas nos braços, enquanto uma mulher abraça outra, e um grupo leva um homem ferido numa maca. Um corpo aparece sem vida, coberto no chão.

Diante das denúncias de organizações de direitos humanos sobre a continuidade da prática genocida israelense, que já assassinou mais de 40 mil palestinos – 15 mil deles crianças – e “desapareceu” com mais de 13 mil sob os escombros, o governo fascista de Benjamin Netanyahu alegou que o Hamas vinha usando o local como esconderijo para dirigir e planejar ataques, “além de armazenar armas”. Essas re-



Escola destruída por três mísseis israelenses

petidas acusações do regime de Netanyahu, mais uma vez, não apresentam provas.

Também no sábado, um bombardeio israelense matou outras 23 pessoas e deixou mais 90 feridas em Khan Younis, no sul de Gaza, relatou o Ministério de Saúde. No mesmo dia o terrorismo de Estado israelense atingiu a Cisjordânia, onde um rapaz de 17 anos foi morto e nove pessoas ficaram feridas no campo de refugiados de Balata, em Nablus.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários, desde segunda-feira (22), cerca de 182 mil palestinos foram forçados a deixar Khan Younis (central e oriental), enquanto “hostilidades intensificadas” alimentam “novas ondas de deslocamento interno em Gaza”, com Israel asfixiando ainda mais a população

civil no território.

Reunido no Laos com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), o Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, disse que “todos têm de pressionar para acabar com a guerra”. “Todos concordam que o número de mortes de civis é desproporcional. A comunidade internacional deve ter um propósito comum: parar a matança de civis em Gaza”, sublinhou.

Na sexta-feira (26) a Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA) pediu ao Conselho de Segurança da ONU que aja para proteger o seu mandato de operar em Gaza e outras áreas da região até que haja uma solução pacífica, dada a decisão do parlamento israelense de declará-la uma “organização terrorista”.

Fatah e Hamas aprovam declaração pela ‘Unidade Nacional Palestina’ em reunião realizada em Pequim

Delegações das facções da Resistência Palestina assinaram em Pequim, na terça-feira (23), uma declaração na qual assumiram o compromisso de trabalhar por uma ação que fortaleça a unidade nacional e que se unifique por dentro da estrutura da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Na conclusão da rodada de diálogos realizados a convite do governo chinês, entre os dias 21 a 23, as organizações palestinas reafirmaram seu compromisso coletivo com o estabelecimento de um Estado Palestino com Jerusalém como sua capital, rejeitaram as tentativas de deslocar o povo palestino de suas terras e enfatizaram a ilegalidade da expansão dos assentamentos judaico-israelenses, que vão em desacordo com as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU e, agora, o veredicto da Corte Internacional de Justiça.

Também se comprometeram a superar as divisões que muitas vezes os paralisa com a finalidade de que se alcance as aspirações do povo palestino por unidade, liberdade e independência nacional, assinala a Declaração de Pequim.

Participaram na reunião delegados dos movimentos Hamas e Al Fatah, bem como da Jihad Islâmica, da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e da Frente Democrática para a Libertação da Palestina (DFLP), entre outros.

Os movimentos convocaram ao fim da divisão de critérios e ao enfrentamento conjunto da agressão e do genocídio cometidos por Israel em qualquer parte dos territórios ocupados.

Líderes de 14 organizações palestinas na solenidade de lançamento do documento conjunto pela unidade nacional com a presença do ministro do Exterior da China (reprodução)

Exigiram o direito do povo palestino à sua soberania e que sejam tomadas medidas para fazer valer a decisão da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, sobre a ilegalidade da ocupação e dos assentamentos ilegais de Israel em territórios usurpados aos palestinos. Reafirmaram também o direito de resistir à ocupação e de lutar para acabar com ela, à luz do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

A declaração tem o valor de uma carta de princípios mas ainda não estabelece um cronograma para sua realização. Na carta observaram a necessidade de formar um governo temporário com o consenso nacional de todas as organizações palestinas e de acordo com uma decisão baseada na Lei Básica Palestina, para unir as instituições no mesmo Estado e dirigir a reconstrução da Faixa de Gaza e a luta pelo fim da ocupação.

Este passo, diz a declaração conjunta, procurará preparar o caminho para a realização de eleições gerais sob a supervisão de uma Comissão Eleitoral Central.

Os delegados da Resistência apelaram ao trabalho para levantar o cerco imposto à população, especialmente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, para entregar ajuda humanitária e médica sem restrições ou condições.

Na cerimônia de encerramento do diálogo, o Fatah expressou seu apreço pela China, dizendo que o apoio chinês à Palestina nunca parou e vem aumentando nos últimos anos.

Os participantes também agradeceram à República Popular da China com base em seu apoio aos direitos do povo palestino e seu desejo de acabar com a divisão e unificar a posição palestina.

“A China espera sinceramente que as organizações alcancem a independência palestina o mais breve possível com base na reconciliação interna e está disposta a fortalecer a comunicação e a coordenação com as partes relevantes para trabalhar em conjunto para implementar a Declaração de Pequim alcançada hoje [23]”, afirmou Wang Yi, ministro das Relações Exteriores chinês, que compareceu à cerimônia de encerramento.

Leia a íntegra no site do HP

Manifestantes exigiram “Palestina livre”, “cessar-fogo já” e “prendam Bibi, assassino de crianças”. Enquanto isso, o Congresso dos EUA, com honrosas exceções, aplaudiu o genocida israelense

Milhares de manifestantes repudiaram em Washington na quarta-feira (24) o genocídio perpetrado por Israel em Gaza e exigiram o cessar-fogo e a prisão do criminoso de guerra Benjamin Netanyahu, em visita aos EUA e aguardado no Congresso, engalanado para o aclamar.

No protesto, oradores se sucederam denunciando a carnificina, a cumplicidade do governo norte-americano e bradando, enquanto a multidão acompanhava, “libertem a Palestina”. Entre os oradores, o presidente do principal sindicato dos EUA, Shawn Fain, dos operários das montadoras (UAW).

Na véspera, sete grandes sindicatos norte-americanos, o UAW, o dos Eletricitários e o dos Correios, enviaram a Biden uma carta pedindo um cessar-fogo imediato e a interrupção do envio de armas para o genocídio. “Cortar imediatamente a ajuda militar dos EUA ao governo israelense é necessário para trazer uma solução pacífica para este conflito”, disse a carta.

Também na terça-feira centenas de manifestantes foram presos no Capitólio ao rechaçarem a presença de Netanyahu em Washington, grande parte deles, judeus. Eles ocuparam a Rotunda do Edifício Cannon com camisetas que diziam “Não em nosso nome”, “Judeus dizem para parar de armar Israel” e cantando: “Deixe Gaza viver!”

O protesto foi encabeçado pela Voz Judaica pela Paz (JVP, na sigla em inglês), mais a organização judaica IfNotNow, o grupo de israelenses de antissionistas Shores e o Democratic Socialists of America.

“Por nove meses, assistimos horrorizados ao governo israelense realizar um genocídio, armado e financiado pelos EUA”, disse Stefanie Fox, diretora executiva do JVP. “O Congresso e o governo Biden têm o poder de acabar com esse horror hoje. Em vez disso, nosso presidente está se preparando para se encontrar com Netanyahu e a liderança do Congresso o honrou com um convite para discursar no Congresso. Já basta.”

Jane Hirschmann, filha de sobreviventes do Holocausto e membro do JVP, disse que “os americanos – incluindo os judeus americanos – estão enojados com a cumplicidade de nosso próprio governo neste genocídio”.

CUMPLICIDADE

O convite a Netanyahu para a homenagem pelo Congresso norte-americano foi bipartidário, formalizado pelo presidente republicano da Câmara, Mike Johnson, e pelo líder da maioria no Senado, o democrata Chuck Schumer, no final de maio, poucos dias depois das tropas coloniais israelenses usarem bombas fabricadas nos EUA em um ataque devastador a um acampamento de refugiados palestinos.

Já a aclamação propriamente dita de Netanyahu pelos congressistas norte-americanos ocorre dias após a principal revista

médica do mundo, The Lancet, estampar estudo que demonstra que, entre mortes diretas e indiretas, a escala do genocídio chega a quase 200 mil civis, como se sabe, na maior parte crianças e mulheres.

Como registrou o Washington Post, o primeiro dos seis discursos de Netanyahu ao Congresso dos EUA foi em 1996, “quando ele e seus aliados de direita tinham acabado de chegar ao poder após o assassinato do primeiro-ministro Yitzhak Rabin, a cujos esforços para forjar a paz com os palestinos eles se opunham.”

Após seu discurso ao Congresso, Netanyahu planeja se encontrar com o presidente Joe Biden na Casa Branca na quinta-feira antes de viajar para Mar-a-Lago para se encontrar com Donald Trump, o candidato presidencial republicano.

LUZ VERDE AO GENOCÍDIO

A deputada democrata progressista Cori Bush, que boicotou o discurso de Netanyahu, disse em um comunicado na terça-feira que ao conceder a ele um discurso conjunto, “o Congresso não está apenas continuando a dar luz verde ao genocídio; está celebrando ativamente o homem na vanguarda desse genocídio.”

Na terça-feira, o senador Bernie Sanders, após chamar Netanyahu de criminoso de guerra, disse ser uma “vergonha” que ele tenha sido convidado a falar ao Congresso. “É um extremista de direita e um criminoso de guerra que dedicou sua carreira a matar as perspectivas de uma Solução de Dois Estados e uma paz duradoura na região”.

Em sua peroração, o fascista Netanyahu asseverou que o genocídio que acontece em Gaza é um “enfrentamento entre a barbárie e a civilização, aqueles que glorificam a morte e aqueles que santificam a vida”, com ele – e seus anfitriões – sendo, claro a “civilização”. “EUA e Israel têm que permanecer juntos para a civilização triunfar”, ele exortou aos cúmplices da carnificina que o adulavam.

MAIS CARNIFICINA

Na terça-feira, enquanto Netanyahu viajava para os EUA, as tropas israelenses mataram 89 palestinos e feriram 329 em toda a Faixa de Gaza. Em Khan Younis, as IDF plantaram avisos dando ordem de evacuação minutos antes de bombardearem. No relato da Reuters, “algumas famílias fugiram em carros de burro, outras a pé, carregando colchões e outros pertences”. Duas das clínicas do Crescente Vermelho Palestino [equivalente à Cruz Vermelha] foram arrasadas nesse ataque.

Segundo a Al Jazeera, estima-se que há dezenas de pessoas soterradas sob os escombros. Um homem que chegou ao hospital Nasser com uma ambulância carregando cadáveres disse ao jornalista: “Uma família, incluindo crianças, foi despeçada enquanto dormia”.



Assembleia de trabalhadores da Samsung

Na 3ª semana de greve, patrões da Samsung decidem iniciar negociação

Depois de duas semanas de greve na Coreia do Sul, o sindicato denominado União Nacional de Eletrônicos Samsung (National Samsung Electronics Union - NSEU) com mais de 30.000 membros, anunciou que a Samsung quer retomar as negociações. É a primeira grande greve que os trabalhadores já fizeram contra a empresa.

No começo deste mês o NSEU iniciou uma greve por aumento salarial de 5,6%, bônus baseado no rendimento da empresa, compensações por perdas durante a greve e um dia de feriado no aniversário do sindicato. A iniciativa de começar a greve se deu pela indignação dos trabalhadores pelo tratamento dado pela empresa como cortes em bônus no ano passado (na Coreia do Sul é uma grande parte do salário).

A Samsung durante essas duas semanas de greve teria começado a sentir pressão quando sua produção de chips começou a ficar atrás dos concorrentes. Os grevistas também estavam sob pressão financeira por fazer greve sem perspectiva de pagamento, quanto mais a greve se estendia mais se aprofundava as dificuldades financeiras dos grevistas. A empresa também tem receio de que se eles não começarem a negociar o sindicato pode expandir a greve para mais setores e cortar a produção afetando a performance financeira da empresa.

Parece ser uma prática comum nas grandes companhias sul coreanas a promessa de um bônus de fim de ano como participação dos lucros da empresa só para sofrerem cortes sob a desculpa de baixas performances.



Cartazes na manifestação: “Prendam Netanyahu!”

Oswaldo Cruz: uma vida para o Brasil (1)

[O texto abaixo foi completamente reformulado para a presente edição, com base em materiais que não estavam disponíveis, para o autor, na época em que redigiu o resumo original. Observamos que o nome de Oswaldo Cruz está, em várias passagens, escrito com “v” (Oswaldo), o que é uma contingência da literatura biográfica da sua época (C.L.).]

CARLOS LOPES

As últimas vontades de um homem, quando é possível formulá-las, são, de modo geral, um retrato ou uma expressão mais pura de sua alma.

Oswaldo Cruz elaborou-as da seguinte maneira:

*Desejo com sinceridade que se não cerque a minha morte dos atavios convencionais com que a sociedade revestiu o ato da nossa retirada do cenário da vida. Pelo respeito que voto ao pensar alheio não quero capitular de ridículo esses atos: julgo-os para mim dispensáveis e espero que a família, que tanto quero, se conforme com esses inofensivos desejos que nasceram da maneira pela qual encaro a morte, fenômeno fisiológico naturalíssimo do qual nada escapa. Tão geral, tão normal, tão banal é que julgo absolutamente dispensável de frisá-la com cerimônias especiais. Por isso desejaria que se poupasse aos meus a cena de vestimenta do corpo que bem pode ser envolvido em simples lençol. Nada de convites ou comunicações para enterro, nem missa de sétimo dia. Nem luto tão pouco. Esse traz-se no coração e não nas roupas. Peço encarecidamente aos meus que não prolonguem o natural sentimento que trará minha morte. Que se divirtam, que passeiem, que ajudem o tempo na benfazeja obra de fazer esquecer. Não há vantagem alguma de amargar com lágrimas prolongadas os tão curtos dias de nossa existência. Portanto, que não usem roupas negras em nosso clima; que procurem diversões, teatros, festas, viagens, a fim de que desfaçam essa pequena nuvem que veio empanar a normalidade do viver todos os dias. É preciso que nos conformemos com os ditames da natureza (cit. in Clementino Fraga, **Vida e Obra de Oswaldo Cruz**, 2ª ed., FIOCRUZ, 2005, Rio, p. 9).*

E, assim, um homem que já conquistara a imortalidade, saiu da vida física.

Mas o que significou essa vida imensa?

Em meio aos entraves que a República Velha colocou para o progresso nacional, não se gestava apenas a crise, mas a sua resolução, e se forjavam os homens que a empreenderiam, assim como os homens cuja obra serviria – juntamente com a daqueles que os precederam – como modelo para o futuro.

É como podemos ver hoje a figura gigantesca de Oswaldo Cruz, falecido, com apenas 44 anos, em 1917, mas que seria o exemplo de médico, de cientista e de homem voltado para a realidade nacional e para o desenvolvimento de uma ciência e tecnologia que pudessem dar soluções aos problemas do nosso povo.

Oswaldo Cruz teve, declaradamente, um único ídolo e modelo em sua vida. Não se tratou de nenhuma das grandes personalidades consagradas pelos livros de medicina, mas de seu pai, Bento Gonçalves Cruz, provavelmente o primeiro médico brasileiro que se dedicou, quase exclusivamente, ao atendimento de operários e suas famílias.



Essa profunda identificação com o pai formou no filho uma identidade própria: Oswaldo Cruz substituiu o pai – falecido no mesmo ano em que se formou médico – na clínica da fábrica de tecidos Corcovado; mesmo depois, quando já era Diretor-Geral de Saúde Pública e diretor do Instituto de Manguinhos, continuou esse trabalho, indo à clínica três vezes por semana.

Os valores a que sempre foi fiel – modéstia, disciplina, rigor, coerência, integridade, e, não menos importante, uma notória afabilidade para com as pessoas –, segundo seu próprio testemunho, e dos que conheceram os dois, eram os mesmos de seu pai, que não queria ser outra coisa senão um “médico de pobres”. Tanto um quanto outro, aliás, não tinham origem, em Paris, de maioria dos médicos brasileiros da época, nas camadas privilegiadas da população. Na faculdade, onde foi um aluno mediano, era dos poucos que não tinha “protetores” entre os então considerados luminares da medicina.

No entanto, um deles, Francisco de Castro, que tinha sido amigo de seu pai, conseguiu notá-lo e recomendá-lo para uma bolsa de estudos no Instituto Pasteur, em Paris. Nessa época, 1896, esse instituto, fundado havia apenas oito anos, não tinha a fama de hoje: era recente o conflito de Pasteur com a Academia de Medicina francesa, em que essas autoridades tinham tentado desmoralizar sua concepção científica dos micróbios como formas de vida que se reproduziam. Para os acadêmicos, os micróbios apareciam por geração espontânea.

Oswaldo Cruz conseguiu estudar em Paris graças à colaboração financeira de seu sogro. Quando voltou ao Rio, em 1900, a cidade estava assolada pela doença: epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica se juntavam à tuberculose, sífilis e às disenterias, ceifando vidas diariamente. Pode-se imaginar, pela situação da capital da República, qual deveria ser a situação no resto do país.

Com exceções que se contavam nos dedos – mas existiam – os médicos da época da oligarquia se pareciam mais com bacharéis, intelectuais de salão que misturavam francês com latim e um pouco de português, do que com cientistas interessados em debelar as mazelas que afligiam a população.

No entanto, quando devido à ineficiência dos supostos especialistas da época, o governo Rodrigues Alves, presidente que tinha perdido uma filha devido à febre amarela, resolveu pedir ao Instituto Pasteur que enviasse um especialista nessas epidemias, recebeu de Paris a recomendação de que recor-



Oswaldo Cruz (Foto: Instituto Butantan)

Ao contrário dos ingleses, que se voltavam para preservar a saúde de seus compatriotas que ocupavam outros países, a ciência de Oswaldo Cruz e seus colegas estava voltada para o Brasil e para o seu povo. Pela primeira vez levavam-se em conta os fatores sociais na eclosão das doenças

resse a um médico morador no Rio de Janeiro – Oswaldo Cruz, um sujeito tímido, que não era dado a brilharecos, e, portanto, não aparecia muito.

O episódio foi bem relatado por Rui Barbosa:

“No mesmo ano da sua volta ao Brasil começa o país a utilizar os trabalhos do consumado bacteriologista, em quem a madureza do saber tanto precede à dos anos. Já o seu nome entra a chamar a atenção do Governo brasileiro, que o incumbem de ir estudar, em Santos, a peste, ali declarada, a traçar o plano de combate à formidável epidemia, cujos terrores principiam então a nos ameaçar. Oswaldo Cruz reconhece para logo o micróbio de Yersin, certifica a presença da epidemia, e, num relatório cabal, com o desembaraço, a presteza, a segurança de quem pisa em terreno conhecido, formula o sistema de providências, a que deve obedecer a debelação da temerosa enfermidade.

“Mas a sua capacidade vai ser posta à prova em teatro maior. A peste, que em 1899 nos entrara o território por Santos, já em 1900 lava nesta cidade. Vai-se criar, no Rio de Janeiro, o Instituto Soroterápico, e a Diretoria de Higiene, cometida, nesse tempo, ao Barão de Pedro Afonso, necessita de um profissional, a quem se entregue missão tão árdua quanto a de nacionalizar entre nós os métodos e processos da medicina pastoreana, encetando a produção, no Brasil, do soro contra a peste.

“Não se acredita então que se possa encontrar o homem abalizado para inaugurar aqui essa melindro-

sa especialidade, senão no próprio Instituto Pasteur. Quem o dirige, é Emílio Roux, o auxiliar de Pasteur nos estudos sobre a etiologia e a vacina do carbúnculo, sobre a atenuação dos vírus, sobre a profilaxia da raiva, o descobridor, com Behring, do soro antidiftérico, o colaborador inesgotável de Metchnikov, de Vaillard, de Borrel e tantos outros em trabalhos magistrais sobre a toxina do bacilo virgolla e o soro contra a cólera, sobre a seroterapia tetânica, sobre as injeções intracerebrais contra o tétano. Que especialista nos indicará essa autoridade tantas vezes consagrada? Escutai-lhe a resposta:

“Entre o pessoal técnico que tenho a honra de dirigir”, diz Emílio Roux, “ninguém possui maior competência do que o Dr. Oswaldo Cruz, cuja capacidade e idoneidade científicas pessoalmente conheci, durante o tempo em que lidou no nosso Instituto” (cf. Rui Barbosa, **Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917**, no Teatro Municipal, prefácio de Carlos Chagas Filho, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999).

Em 1903, Rodrigues Alves nomeia Oswaldo Cruz para a Diretoria-Geral de Saúde Pública. O foco, então, era a febre amarela, que assolava o Rio. Cinco dias depois da nomeação, o novo diretor enviou ao seu superior, o ministro da Justiça, um ofício: “A extinção da febre amarela é um problema que já encontrou uma solução prática: podemos, pois, considerá-lo uma questão resolvida”.

Em seguida, ele expôs, no mesmo ofício, as medidas necessárias e os seus planos para combater a febre amarela através da extinção do *aedes aegyptii* – o mesmo inseto que hoje infesta outra vez o país, transmitindo a dengue.

Oswaldo Cruz acabou com a febre amarela no Rio, o que foi acompanhado pelo conjunto do país, restando as áreas onde ela é uma febre silvestre, ou seja, a Floresta Amazônica.

Ao mesmo tempo, seu combate à varíola, através da vacinação obrigatória, foi o que permitiu o seu controle e, décadas depois, a sua erradicação do país. O mesmo se pode dizer da peste bubônica.

Teve contra si uma vasta parcela da oligarquia, a maioria dos médicos da época e o conjunto da imprensa – um dos seus principais biógrafos dedica um volume inteiro ao

material publicado na cruzada contra Oswaldo Cruz. Por fim, até mesmo uma tentativa de golpe de Estado foi tentada contra a vacinação obrigatória. O próprio presidente que o nomeara apelou para que transigisse. Ele respondeu que seu cargo estava à disposição, mas que enquanto estivesse nele não iria colaborar para o fracasso de seu próprio objetivo. Rodrigues Alves recusou do pedido, mas a lei da vacinação obrigatória jamais foi rigorosamente aplicada.

Em torno de si, Oswaldo Cruz reuniu o que havia de melhor na medicina e na ciência brasileira, e inaugurou as expedições científicas ao interior do país e as campanhas de saúde pública. Tornou, assim, a então chamada medicina tropical brasileira a mais importante do mundo, numa época em que a maior sociedade para estudo dessa especialidade localizava-se em Londres, devido às dificuldades dos colonialistas ingleses na Índia e na África.

Ao contrário dos ingleses, que se voltavam para preservar a saúde de seus compatriotas que ocupavam outros países, a ciência de Oswaldo Cruz e seus colegas estava voltada para o Brasil e para o seu povo. Pela primeira vez levavam-se em conta os fatores sociais na eclosão das doenças. O mais explícito exemplo é o “**Plano de Combate à Tuberculose**”, que Oswaldo Cruz enviou ao Congresso em 1907, onde, ao lado da ação direta contra o bacilo, ele destacou como decisivo o que chamou de “combate indireto”:

“Fornecem-se habitações higiênicas, alimentação abundante e boa, não se permita o trabalho de crianças nas fábricas, evitem-se os esgotamentos orgânicos de causas higiênicas, físicas e morais; enfim, ponha-se todo o conjunto completo capaz de erguer a resistência orgânica, que se terá fornecido ao organismo a arma de luta que fará sucumbir o bacilo assaltante.”

Mais adiante, ele propunha que o Congresso aprovasse uma série de medidas, entre as quais:

“... aposentadoria dos funcionários tuberculosos, seguro obrigatório dos operários nas fábricas, oficinas, etc. contra a tuberculose.”

O Congresso, dominado pela oligarquia, rejeitou o plano.

O Brasil teria que esperar pela Revolução de 30 e por Getúlio, para que essas medidas comessem a ser concretizadas.

2

Em um belo perfil do caráter de Oswaldo Cruz, um de seus discípulos e amigo, Clementino Fraga (pai), escreve: “O êxito pessoal de Oswaldo Cruz veio da harmonia de seus dotes intelectuais e morais, admiravelmente conjugados no sentido da objetivação, rebelde a injunções momentâneas e a vantagens colaterais que refletem a dubiedade, a cortesia, o sentimento deformado pelo sentimentalismo. Concentrava a atenção em dado problema, gizava o seu programa e perseguia o rumo traçado. Sem quebrar nem torcer, somente obedecia a seus impulsos, fortemente acionados.

“Quando de sua primeira investitura no serviço público, em maio de 1900, tratando de prover o laboratório soroterápico de material necessário à instalação, enviou ao chefe administrativo a lista do indispensável. Este a devolveu, com a recomendação de reduzi-la, e, como não era possível trabalhar sem o material pedido, Oswaldo retirou-se sem dizer palavra e não voltou ao laboratório. O chefe mandou visitá-lo, julgando-o doente; o emissário encontrou-o em plena saúde. Foi então adquirido o material e o técnico voltou ao trabalho, como se nada tivesse havido.

“Em 1902, já em franca atividade o Instituto Soroterápico, sobrevindo nova crise, abandonou Oswaldo Cruz suas funções por incompatibilidade com o chefe. Dessa vez foi este que se exonerou, deixando a Oswaldo completa autonomia técnica e administrativa. Em 1903, convidado para dirigir a Saúde Pública, o governo, sem consultá-lo, incluiu no mesmo ato a nomeação de Afrânio Peixoto para o cargo de secretário. Escreveu o novo diretor ao ministro, pedindo que tornasse sem efeito sua nomeação, sem ocultar o motivo porque o fazia. Nobremente, o governo tornou sem efeito a nomeação do secretário, aceitando o nome indicado pelo diretor. Assim procedia altivamente um profissional de trinta anos, ainda quase desconhecido, recusando o posto máximo dos serviços sanitários, que lhe vinha com restrições à sua autonomia.

Continua na próxima edição